

--- N.º 1/2015 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE.-----

--- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **PRIMEIRO** - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

--- **SEGUNDO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 930.000,00 €, POR UM PERÍODO DE 10 ANOS, AO BANCO BPI S.A., NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) --

--- **TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA A REGIÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO PELA CONTINENTAL MABOR – INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A., NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **QUARTO** - APRECIAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA REQUERENTE, VECTORPREDILETO UNIPESSOAL, LDA NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CENTRO URBANO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA D)-----

--- **SEXTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 125,40 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/2000, SITA NA RUA FRANCISCO ALVES RODRIGUES (EXTINTA FREGUESIA DE S. SIMÃO DE NOVAIS), ATUALMENTE DA

UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, CONCELHO DE V.N. DE FAMALICÃO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 7. (GRELHA E) -----

--- **SÉTIMO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA O DOMÍNIO DO MUNICÍPIO, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 33º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TOMAR CONHECIMENTO E APROVAR, PARA EFEITOS DE ARROLAMENTO E INVENTARIAÇÃO, PELO MONTANTE DE 594.216,50€ (QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E DEZASSEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS), A RELAÇÃO DE CEDÊNCIAS CONSTANTES DA RELAÇÃO ANEXA À PRESENTE PROPOSTA E QUE, POR ECONOMIA E BREVIDADE, AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA, PASSANDO AS MESMAS ASSIM A INTEGRAR O INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS. (GRELHA E)-----

--- **OITAVO** – APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS OU COLETIVOS, DOS DIVERSOS REPRESENTANTES ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DAS DIVERSAS ENTIDADES DE NATUREZA DELIBERATIVA, CONSULTIVA OU DE ACOMPANHAMENTO: -----

- ASSEMBLEIA DISTRITAL, CONSELHO GERAL DO HOSPITAL, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE – CIMAVE, COMISSÃO ACOMPANHAMENTO CENTRO VALORIZAÇÃO RESÍDUOS INDUSTRIAIS BANAIS, COMISSÃO DEFESA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DO MUNICÍPIO V. N. DE FAMALICÃO, CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COMISSÃO PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS, CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO CENTROS SAÚDE) DE FAMALICÃO, COMISSÃO ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, COMISSÃO MUNICIPAL PEDIDOS INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO ESTABELECIMENTOS COMÉRCIO RETALHO E COMÉRCIO POR GROSSO EM REGIME LIVRE SERVIÇO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS COMERCIAIS. (GRELHA D)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA-----

--- ALFREDO AUGUSTO AZEVEDO MORAIS LIMA -----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

--- ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA -----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

--- ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA-----

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

--- ANTÓNIO FERREIRA MATOS-----**FALTOU-JUSTIFICOU**

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

--- ARTUR JOAQUIM ARAÚJO SILVA CASTRO -----

--- AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----

--- AVELINO FREITAS SILVA -----

--- BRUNO SILVA CAMPOS-----

--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO-----

--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA-----

--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----

--- CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO -----

--- CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO -----

--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----

--- DOMINGOS SOUSA COSTA-----

--- FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----

--- FIRMINO VILA VERDE COSTA -----

--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----

--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----

--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----
--- JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA -----
--- JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
--- JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
--- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
--- LURDES OLIVEIRA FERNANDES -----
--- MANUEL AZEVEDO SILVA-----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS-----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
--- MANUEL MARTINS COSTA-----**FALTOU**-----
--- MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
--- MANUEL SILVA ALVES -----
--- MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
--- MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA -----
--- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
--- MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
--- MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES-----
--- NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ -----
--- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
--- PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----

--- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----

--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----

--- PAULO JORGE LOPES COELHO -----

--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----

--- RAQUEL ALMEIDA PINTO-----

--- RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ-----

--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----

--- RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----

--- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

--- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----

--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

--- VITOR TORRES PEREIRA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – informou que relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos sobre as informações da atividade do município, recebeu uma correção remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que: “no âmbito das informações sobre a atividade do Município, vem enunciado, mais concretamente, na página 9, que o Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2015 foi objeto de deliberação pela Câmara Municipal, na sua reunião de 15 de janeiro do presente ano. Com efeito, o Plano Estratégico estava incluído na agenda da reunião mencionada, mas o órgão executivo deliberou por unanimidade retirá-lo. Dado o lapso, vem desta forma solicitar que não se tenha em consideração este parágrafo”, o que assim sucederá.”-----

--- Informou, também, que nos termos da lei, a senhora deputada municipal, Maria Madalena Fernandes Nogueira de Carvalho, eleita pela lista do Partido Socialista, havia renunciado ao seu mandato.-----

--- Deu conhecimento das adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais seguintes: -----

- JOSÉ MOREIRA FERNANDES E FILHOS, S. A. – fornecimento contínuo de betuminoso a frio, no decurso dos anos 2014 e 2015, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014 e 2015. -----
- SEGURADORA FIDELIDADE COMPANHIA DE SEGUROS, S. A., ATRAVÉS DO MEDIADOR, GOMES OLIVEIRA-SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA – o seguro de responsabilidade civil obrigatório automóvel, para as viaturas e máquinas do município, pelo período de um ano, cuja renovação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014 e 2015. -----
- FUNDAÇÃO CASTRO ALVES –a aquisição de peças artesanais em cerâmica , cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014 e 2015. -----
- CEDIS – CONSULTORA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA, Lda – contrato de manutenção para software específico webservices para o associativismo, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014, 2015 e 2016.-----
- SOMAR CERTEZAS, LDA – prestação de serviços na área da psicomotricidade, no decurso do ano letivo 2014/2015, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014 e 2015. -----
- EDP COMERCIAL – Comercialização de energia S.A. – fornecimento de energia elétrica para o espaço Made In, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014, 2015, 2016 e 2017. -----
- EDP COMERCIAL – Comercialização de energia S.A. – fornecimento de energia elétrica para instalações sanitárias do Parque da Devesa, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015, 2016 e 2017.
- ANO – SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA – prestação dos serviços de utilização de plataforma eletrónica de compras públicas, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2014, 2015 e 2016.
- NITÉCNICA – Material Elétrico, Lda – aquisição de material elétrico, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES DA PÓVOA DE VARZIM E VILA DO CONDE – prestação de serviços de vigilância dos planos de água das piscinas municipais, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- PRESTIBEL – Empresa de Segurança, S.A. - prestação de serviços de vigilância das oficinas gerais, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- BRICANTEL – Comércio de Material Elétrico de Bragança, Lda – fornecimento de sinais de trânsito, em regime de fornecimento contínuo, durante o período de 1 (um) ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016. -----

--- CARPNEU, S.A. - fornecimento de sinais de pneus e câmara-de-ar, em regime de fornecimento contínuo, durante o período de 1 (um) ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- AUTENTIFOKUS – Unipessoal, Lda - fornecimento de gasolina, em regime de fornecimento contínuo, durante o período de 1 (um) ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromissos de despesa durante os anos económicos de 2015 e 2016.-----

--- Informou que foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal o relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Famalicão, cujo relatório fica presente para designadamente os líderes municipais poderem consultar querendo.-----

--- ***Pôs à discussão a ata de vinte e sete de novembro de dois mil e catorze. Posta à votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.*** -----

--- ***Pôs à discussão a ata de cinco de dezembro de dois mil e catorze. Posta à votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.*** -----

--- Deu conhecimento que deu entrada na Mesa sete documentos, sendo dois da CDU, um do Bloco de Esquerda, um do PSD, um do CDS-PP e dois do PS. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse:-----

--- “Queríamos apresentar uma proposta de recomendação, relacionado com a questão que vai estar em discussão, que é uma proposta requerida pela Mabor da isenção de IMI e, no seguimento dessa proposta, mereceu-nos considerar, também, uma proposta de

recomendação à Câmara Municipal, no sentido de, a título simbólico, haver por parte da Mabor um gesto que viesse ao encontro, digamos assim, do seu pedido, ou melhor, tendo em conta o facto de a mesma, na nossa perspetiva, ter vindo a usufruir já de isenção de IMI, e também estar previsto e está prometido uma via de comunicação praticamente para acesso quase exclusivo para o transporte da produção efetuada pela Mabor, mereceu-nos a atenção de apresentar esta proposta que vou passar a ler e que é do seguinte teor: -----

--- Considerando que a empresa Continental Mabor tem vindo, particularmente nos últimos 5 anos, a ver aumentados os seus lucros líquidos em mais de 100 milhões de euros anuais a que o esforço e qualidade dos seus trabalhadores foram decisivos; -----

--- Considerando que esses lucros líquidos foram, em números redondos: 109 milhões em 2009; 147 milhões em 2010; 164 milhões em 2011; 187 milhões em 2012, e 196 milhões em 2013, ou seja, entre 2009 e 2013 obteve cerca de 802 milhões de euros líquidos; -----

--- Considerando, assim, que não é por acaso que esta empresa se encontra no “ranking” das mil maiores empresas do país, destacando-se em 24º lugar; -----

--- Considerando que está prometida e prevista a construção de uma via de comunicação que irá permitir um acesso eficiente do transporte da sua produção entre esta empresa e a cintura exterior com ligação mais rápida à auto-estrada, sendo que o traçado desta via serve quase em exclusivo os interesses da Continental Mabor e a sua construção não implica qualquer custo para esta; -----

--- Considerando que esta empresa já beneficiou, por parte desta autarquia, no passado recente, da isenção de IMI e tudo indica vir a usufruir do mesmo benefício face ao seu requerimento que vai estar hoje aqui em análise, discussão e votação: -----

--- Considerando que o valor a isentar de IMI cifra-se em cerca de 39 mil euros anuais o que representa um quase nada se compararmos, por exemplo, com o seu lucro obtido em 2013 (196 milhões de euros), sendo que, em 10 anos, este valor de IMI representa cerca de 390 mil euros, ou seja, uma percentagem ínfima (0,2%) relativamente ao lucro obtido em 2013;-

--- Considerando que a freguesia de Lousado não é detentora de determinado tipo de valências desportivas, como, por exemplo, um pavilhão gimnodesportivo, -----

---A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida no dia 27/02/2015, delibera: -----

--- Recomendar à Câmara Municipal que diligencie junto da Continental Mabor no sentido de sensibilizar a sua administração para financiar a construção de um equipamento coletivo (gimnodesportivo ou outro similar), na freguesia de Lousado, acessível ou perto do Centro Habitacional de Lousado, gesto simbólico retributivo que seria certamente bem acolhido pelos Lousadenses e pelos trabalhadores desta empresa, muitos deles residentes em Lousado, e que este órgão municipal, e certamente esta Câmara Municipal e a autarquia de Lousado, entendem ser merecedores de um tal simbolismo. -----

--- Enviar esta moção para a Comunicação Social.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – fez a seguinte interpelação à Mesa. -----

--- “Senhor Presidente é uma interpelação à Mesa e de facto poderia até ter sido ultrapassado com a entrega dos documentos, é que de facto nós iniciamos a discussão deste conjunto de propostas de recomendação e votos de pesar, mas a verdade é que os grupos municipais não dispunham dos mesmos, portanto é uma discussão difícil de fazer-se, quando os votos estão a ser apresentados e nós não os dispomos. Sendo certo, também, que os mesmos como não são, tirando um caso ou outro, lidos na íntegra, de facto seria difícil fazermos essa mesma discussão. -----

--- E haveria uma segunda pergunta, não tanto já na sua forma de interpelação à Mesa, e senhor Presidente a interpelação à Mesa não conta para o tempo, pedia também que me corrigisse por favor, de acordo com o regimento não conta, é uma interpelação à Mesa mesmo, não é uma intervenção. -----

--- A segunda questão era, mas já está ultrapassada, porque de facto suscitou-nos dúvidas se é vontade da CDU, discutir a sua proposta de recomendação no ponto três da ordem de trabalhos, ou se o pretendia fazer no período de antes da ordem de trabalhos. Vejo agora, que na própria epígrafe do documento, fala no período de antes da ordem de trabalhos, porque sendo essa a sua vontade, naturalmente esta segunda questão seria desajustada neste momento, mas o meu pedido de interpelação foi anterior à distribuição do documento.” -----

- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----
- “Peço imensa desculpa no que tem que ver com a distribuição. Na verdade dei início às distribuições de tempo convencido que as fotocópias teriam já sido distribuídas. Pelo lapso pedimos obviamente desculpa.-----
- Quanto à segunda questão a CDU entendeu apresentar este ponto para discussão no período de antes da ordem do dia num direito que é regimental e assim será feito.” -----
- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----
- “A segunda proposta prende-se com o seguinte: -----
- É do conhecimento geral, a existência de condições degradantes no que diz respeito ao espaço aqui assim do Registo Civil. Pensamos nós, que seria de todo o interesse, manifestar e avisar o Órgão, no sentido de ver em que medida a própria Câmara Municipal, diligenciasse para que houvesse forma de concentrar estes serviços, não só do Registo Civil, mas igualmente os registos de Notariado, Comércio e Predial, num local que nos parece possível que seria, por exemplo, aqui nos Paços do Concelho, onde há pouco tempo funcionavam as secções de processos do antigo Tribunal Judicial. E, assim, a nossa proposta de recomendação, é no sentido de que: -----
- “Considerando a existência das condições degradantes, quer para o público, quer para quem trabalha nos serviços do Registo Civil, Comercial e Predial de V. N. de Famalicão; ---
- Considerando que hoje há espaço disponível nos Paços do Concelho, designadamente no R/Chão deste seu edifício.-----
- Propomos-----
- Que os serviços do Registo e notariado sejam transferidos para o edifício dos Paços do Concelho, designadamente para o seu Rés-do-chão onde se situavam as antigas secções de processos do Tribunal de V. N. de Famalicão.”-----
- **PAULO COSTA (BE)** – fez a leitura de uma proposta de recomendação que é do seguinte teor: -----
- “No próximo dia 8 de março celebra-se o Dia Internacional da Mulher, o qual vem já sendo assinalado há 40 anos. Neste dia, evocam-se e atualizam-se as lutas travadas por tantas e tantas mulheres em todo o mundo, ao longo de décadas, defendendo direitos laborais, direitos sociais, direito ao voto, direito à educação, direito à determinação, direito ao corpo,

enfim, defendendo dignidade e conquistando direitos, tantas vezes perdendo a vida nesse processo. -----

--- Em 1910, Carla Zetkin sugeriu, na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que o Dia 8 de março fosse considerado o Dia da Mulher. Desde então, este dia foi sendo celebrado em diversos países e, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinalou pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher. -----

--- Tantos anos após a primeira vez em que este dia foi celebrado, a sua pertinência mantém-se. Refira-se, por exemplo, que a taxa de alfabetização das mulheres no mundo continua a ser inferior à dos homens (80% por contraponto a 89% dos homens) ou que cerca de 700 milhões de mulheres casaram antes dos 18 anos de idade sendo que cerca de 1/3 destas mulheres casou com menos de quinze anos de idade. (in Beijing 20 da ONU). -----

--- Em Portugal, as desigualdades são também bem patentes. -----

--- As mulheres auferem salários mais baixos que os homens: em média, ganham menos 18% de salário base (e menos 20.9% de salário médio), o que significa que precisam de trabalhar mais 65 dias por ano para ganharem o mesmo. -----

--- Cinco profissões são responsáveis por 37,3% do emprego feminino, sendo elas: trabalhadoras de limpeza, vendedoras em loja, empregadas de escritório, professoras dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário, trabalhadoras de cuidados pessoais nos serviços de saúde (Dados do Instituto Nacional de Estatística – INE). Por outro lado, os cargos de chefia continuam masculinizados, tendo, inclusivamente, a situação portuguesa piorado; apenas 6% dos membros dos conselhos de administração das empresas que em 2011 integravam o Psi20 eram mulheres, valor inferior em 7.7% à média da União Europeia. -----

--- As mulheres são mais afetadas pelo desemprego, continuando a impor-se sobre elas uma dupla jornada de trabalho e a conciliação da vida familiar e profissional continua a ser encarada como uma responsabilidade que incumbe mais à mulher. -----

--- As mulheres continuam, infelizmente, a ser as maiores vítimas de violência doméstica e, segundo dados da UMAR, em 2014, morreram 40 mulheres às mãos dos seus companheiros ou ex-companheiros. -----

--- No que respeita à atividade política, a participação de mulheres tem ainda um longo caminho a percorrer. Vejamos, por exemplo, o resultado das eleições legislativas de 2011,

onde a taxa de feminização foi de apenas 26,5%. Em 230 deputados/as eleitos/as, apenas 61 eram mulheres, sendo que a paridade total de registou apenas no Bloco de Esquerda, com metade do grupo parlamentar eleito constituído por mulheres. -----

--- Ou vejamos então esta nossa assembleia, onde só um quinto dos seus elementos são deputadas municipais.-----

--- O Dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher. -----

--- O Dia 8 de março é o dia de reconhecer e atualizar as lutas feministas. -----

--- O Dia 8 de Março é dia de homenagear o combate das mulheres. -----

--- O Dia 8 de Março é dia de recusar o silenciamento de género. -----

--- Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe: -----

--- Que a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária, no dia 27 de fevereiro de 2015, delibere saudar o Dia Internacional da Mulher e recomende à Câmara Municipal que implemente um plano municipal contra a violência doméstica e que os seus serviços de ação social tenham uma especial atenção a este flagelo, priorizando o reforço de casas para abrigo de mulheres vítimas, muitas vezes silenciosas, dessa violência.” -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – fez a leitura de uma proposta que é do seguinte teor: ---

--- “No dia 27 de abril de 2014, num apartamento no 3.º andar direito, do número 363 da Rua da Senhora da Agonia na união de freguesias de Antas e Abade de Vermoim deste Concelho é declarado um incêndio. -----

--- Para o local seguiram elementos dos B.V. Famalicense e dos B.V. de Famalicão. -----

--- O Bombeiro Voluntário, PEDRO JOSÉ ARAÚJO PIMENTA, dos B.V. Famalicense, acompanhado de um seu colega de corporação e de outro pertencente aos B.V. de Famalicão entraram no apartamento para fazer a busca primária. -----

--- Já dentro do apartamento, num dos quartos, teve lugar uma violenta explosão que projetou dois dos elementos desorientando-os e causando-lhes ferimentos. -----

--- Um dos elementos foi projetado para cima de um colchão que se encontrava a arder e outro para dentro de um armário. Segundo o relato destes elementos, vítimas da explosão, nesta altura era-lhes já impossível valerm-se por si mesmos. -----

--- O PEDRO JOSÉ ARAÚJO PIMENTA, que não foi atingido pela explosão por ter permanecido estrategicamente junto à porta de entrada do compartimento, verificando que

os seus colegas estavam em dificuldades, entrou no quarto, completamente tomado pelas chamas.-----

--- Desde logo, apercebendo-se que o elemento dos B.V. de Famalicão, estava em cima dum colchão a arder e já se encontrava, também ele, em chamas; prontamente retirou-o para fora do apartamento e logo voltou para ajudar o outro bombeiro, colega da mesma corporação, que se encontrava ainda no quarto, com graves dificuldades de respiração e que já apresentava um quadro de alteração neurológica.-----

--- O PEDRO JOSÉ ARAÚJO PIMENTA arriscou a sua vida e, com sucesso, conseguiu igualmente transportar o segundo bombeiro para fora do apartamento.-----

--- Foi assim consumado um ato de Coragem e Abnegação retrato de grande competência e generosidade.-----

--- Um ato de autenticidade onde a máxima “ VIDA POR VIDA” se aplica em todo o seu esplendor e significado.-----

--- Nestes termos, e agora que todos os intervenientes estão livres de qualquer perigo e psicologicamente recompostos vem o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propor que a Assembleia Municipal aprove: -----

--- 1.- Um voto de LOUVOR ao PEDRO JOSÉ ARAÚJO PIMENTA pelo seu ato de Coragem e Abnegação; -----

--- 2.- Uma RECOMENDAÇÃO à Câmara Municipal para que no âmbito das comemorações anuais do dia da Cidade, atribua ao PEDRO JOSÉ ARAÚJO PIMENTA uma condecoração consentânea com o ato praticado que tanto honra e dignifica o Povo e a tempera Famalicense. -----

--- 3.- Que desta votação seja dado conhecimento ao homenageado.” -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – fez a leitura de um voto de recomendação que é do seguinte teor:-----

--- “A Variante Poente a V. N. de Famalicão foi, desde há muito tempo, entendida por todas as forças políticas, como uma das obras estruturantes do nosso concelho. Contribuiria para um desenvolvimento sustentável das zonas industriais de Ribeirão e Lousado, potenciando outras, a Norte-Poente, envolvendo as freguesias desde Fradelos ao Vale do Este. Por outro lado, facilitaria a acessibilidade à Cidade, muitas vezes congestionada e com reduzida

fluidez de tráfego, através da conclusão do “anel rodoviário” com a Variante Nascente, constituindo-se também como importante fator de caracterização e qualificação do contexto urbano, previsto no PDM – Plano Diretor Municipal.-----

--- A sua integração num projeto mais vasto, denominado” Variante à EN 14 entre a Maia (Nó do Jumbo) e Famalicão (Nó de Cruz)”, visava criar um corredor mais fluido de tráfego de pessoas e mercadorias num contínuo urbano regional, no qual Famalicão poderia constituir-se como fulcro de atractividade e desenvolvimento. -----

--- O projeto da variante que previa essenciais Nós de ligação às zonas industriais existentes e outras a promover, assegurava também mais uma ligação à A3 no nosso concelho, seria financiado por verbas comunitárias, em conformidade com garantia do Governo e da CCDDR-N. -----

--- O projeto relativamente à N14, apresentado recentemente não pode ser considerado uma substituição à Variante, visto que não só não resolve muitos dos problemas estruturais que a Variante poderia resolver, como também algumas das soluções que apresenta estarão bastante limitadas num curto médio prazo. -----

--- As filas de trânsito vão continuar, pois o perfil passará a ser apenas de duas faixas de rodagem. As obras de ligação às zonas industriais serão por conta e risco da nossa Câmara. A ligação à A3 e às freguesias de Norte-Poente do nosso concelho, também é abandonada.--

--- Dado que a única verdadeira solução será a Variante, e considerando a sua importância para V.N. de Famalicão, e receando que o abandono de obras importantes no nosso concelho, seja feito à custa da concentração dos fundos comunitários Capital, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor que a Assembleia Municipal aprove um voto de recomendação, no sentido de que esta Câmara Municipal possa promover todas as diligências e fazer uso de todas as ferramentas e competências em seu poder, de modo a assegurar que o projeto da verdadeira variante, a que poderá verdadeiramente colmatar as lacunas existentes, não seja abandonada e venha a ser uma realidade.” -----

---- Fez a leitura a leitura de um voto de pesar que é do seguinte teor: -----

--- “Fomos surpreendidos pela notícia do falecimento do Senhor Joaquim Ferreira Lopes. ---

--- Como cidadão e autarca da freguesia de Lousado, entre 1990 e 2001, Joaquim Ferreira Lopes teve um percurso de notável dedicação à causa pública e ao ideal autárquico, tendo realizado um trabalho reconhecido ao serviço da população da sua Freguesia.-----

--- Pela sua postura e conduta ao longo da sua vida cultivou o respeito e a amizade daqueles com quem se relacionou e por todos será recordado, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal delibere:-----

--- a) Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Ferreira Lopes, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

--- b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.” -----

--- **RAQUEL PINTO (CDS-PP)** – fez a leitura de um voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “A resolução da Assembleia da República nº 9/2015, aprovada a 9 de Janeiro de 2015 a Assembleia da Republica recomendou ao governo a execução, como obra prioritária a variante à estrada nacional 14, entre os concelhos de Famalicão, Trofa e Maia. Esta obra foi considerada, dado o seu carácter absolutamente decisivo para o seu elevado índice industrial situado a norte da área metropolitana do Porto e a sul do Vale do Ave. -----

--- Este projeto já muito ansiado esteve para ser concretizado em 2010 mas só agora consegue visibilidade prática e um orçamento mais ajustado às necessidades do tráfego existente e expectável. Uma outra grande e importante diferença entre a solução apresentada e a datada de 2010, é ser uma extensão de uma Estrada Nacional facto que garante que a mesma nunca passará pela possibilidade de ser portajada, dado também pelo seu perfil transversal.-----

--- Nos censos de 2011 Famalicão possuía mais de 12000 empresas, das quais mais de 1600 são indústrias transformadoras. Dezassete empresas do nosso concelho empregam mais de 250 trabalhadores, sendo neste item o nosso concelho, excluindo o grande Porto, e a grande Lisboa, o que mais empresas tem a empregar mais de 250 trabalhadores. Estes números demonstram a grandeza e importância do nosso concelho quanto aos números de empresas e pessoas e à sua consequente necessidade de mobilidade. -----

--- Esta solução irá ter um papel fundamental na dinamização do nosso concelho quer socialmente, quer economicamente. Este traçado de via, irá ter como principal objetivo um maior fluxo de tráfego entre Famalicão e o Porto, ficando desta forma o Porto mais próximo do nosso concelho, aproximando ainda mais Famalicão e as empresas famalicenses do Porto de Leixões e do aeroporto. -----

--- Este é um projeto que defende os interesses dos munícipes, projeta o concelho no país, tornando-o desta forma mais acessível e mais próximo à custa de um projeto realista. Afirmando-se como uma obra sustentável, e adequada.-----

--- Por todos os motivos enunciados, e pela demonstrada oportunidade desta tão necessária, e proclamada obra, o grupo municipal do CDS-PP vem pedir a deliberação de um voto de congratulação pela proposta de resolução da Assembleia da República.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Breves notas para nos pronunciarmos sobre o voto de recomendação do Partido Socialista em torno da variante à EN14 e para dar conta do seguinte: -----

--- Foram os governos do Partido Socialista, ou tiveram os governos do Partido Socialista, eu diria todas, mas mesmo todas, as oportunidades para construírem esta via e para construírem uma alternativa à EN14. Mais, tiveram todas as oportunidades alavancadas em fundos comunitários, que então existiam à época, em abundância para este tipo de infraestruturas e que hoje não existem. -----

-- Apesar disso a verdade é que, o Partido Socialista preferiu outras estradas, outras variantes, outras circulares, outras autoestradas, muitas delas paralelas, muitas outras sobrepostas que não têm trânsito, não têm carros, mas que endividaram o Estado Português e que hoje custam ao Estado Português milhões e milhões para a sua manutenção. Foi o tempo das autoestradas sem carros e foi o tempo dos aeroportos sem aviões e esteve quase, quase, quase a ser também o tempo dos transportes ferroviários, ou melhor dizendo, dos carris sem locomotoras. -----

--- A verdade é que as gravosas condições que o país atravessa e julgo que nenhum de nós o poderá negar, nem o nega certamente, demanda que aquela solução que sabíamos e que conhecíamos era melhor do que a atual e isso não vamos negar, de facto impõe-se que seja encontrada uma solução alternativa àquela que sabíamos que era melhor, mas que não era

viável nos tempos que correm. E, portanto, era preciso encontrar uma solução diferente da inicial e é isto que nós fizemos, uma solução que foi concertada com os autarcas diretamente interessados, uma solução que é claramente menos custosa para o erário público, uma solução que combina diferentes possibilidades técnicas, uma solução que é ajustada e é importante dizê-lo ao parco financiamento comunitário existente, mas é uma alternativa, um projeto e uma proposta que é igualmente eficiente e realista. -----

--- O projeto encontrado e que merece a nossa concordância e a nossa salvação ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, é de que esta é uma proposta viável, realista, exequível e responsável. É uma proposta aplaudida por todos, autarcas, populações e empresários, só não é pelo Partido Socialista, aquele que teve todo o tempo do mundo e todo o dinheiro para a fazer e não a fez. “-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

--- “O que está aqui em causa é consentâneo em todas as forças políticas, e o próprio senhor Presidente da Câmara referiu em várias entrevistas, ainda relativamente há pouco tempo, que realmente existe um problema estrutural e a única maneira de resolver este problema, era com uma obra, uma infraestrutura da variante. Chegou a afirmar recentemente que, uma situação que não passasse por duas faixas para cada lado, não ia possibilitar de resolver o problema da ligação à Maia. -----

--- E o que nós vimos perguntar, é simplesmente isto: foram tomadas algumas precauções no passado, achamos que esta obra vai avançar, mas que não vai resolver os problemas. Aliás, de acordo, acho que com quase todas as forças políticas que estamos aqui estamos de acordo nesse sentido, portanto, a solução que é apresentada agora, não resolve os problemas estruturais que existia. Em termos de garantir que os fundos comunitários que estão previstos para a obra, virão para Famalicão ou serão canalizados para outra situação, e que esta obra não irá ser abandonada. Porque o que estamos aqui a falar, não é de uma variante, vamos ser sinceros, estamos aqui a falar é de uma versão B da Nacional 14 que não vai resolver os problemas do que temos hoje em dia. Portanto, só uma verdadeira variante que estava prometida por todas as forças políticas que havia um financiamento previsto e que todo o mundo, inclusive o senhor Presidente da Câmara já disse, que só uma solução com duas faixas de cada lado é que poderia resolver esta situação, que não é este o projeto que

está cá, portanto a nossa garantia que nós gostaríamos, é que o senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal tomassem as devidas providências. Foi simplesmente isso que nós viemos falar cá hoje, que tomassem as devidas providências e diligências no sentido de que a verdadeira obra não seja abandonada e possa vir a ser feita.”-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – disse:-----

--- “Reitero os cumprimentos e o agradecimento pela oportunidade da intervenção que se justifica por aquilo que acabamos de ouvir do senhor deputado do Partido Socialista. -----

--- Uma correção senhor deputado, não sei onde é que leu essa minha declaração, mas eu nunca disse isso. E, tanto que nunca disse, que devo dizer que este processo que agora está a chegar finalmente ao fim, não é nenhuma vitória menor, mas é uma vitória senhor deputado, uma vitória de Famalicão, não é minha! E eu lamento que a única força no concelho que não se associa a esta sensação de vitória, é o Partido Socialista, mas os famalicenses estão habituados a isso. -----

--- Sabe senhor deputado, como aqui há pouco já foi dito, eu domingo estive numa iniciativa em Ribeirão, assinalou-se 25 anos de um lançamento de um jornal e foi recordado, nesse momento, a primeira edição do jornal há 25 anos, que falava na variante, sabe senhor deputado, e nós agora estamos perto de conseguir uma solução para um problema! E o Partido Socialista está muito preocupado com a nomenclatura! A nomenclatura não me preocupa! Eu quero lá saber se lhe chamam variante ou o que lhe chamam! O que eu preciso é de uma solução para os problemas das pessoas e das empresas! E sabe senhor deputado, a solução que está encontrada, não sei se o senhor a conhece? Já agora lhe digo que os serviços municipais estão inteiramente disponíveis para mostrar em pormenor a solução se a quiser conhecer! Não sei se a conhece! Pelo que disse parece não a conhecer bem, mas devo dizer-lhe senhor deputado, que é uma solução amiga do território, que protege gerações vindouras, o senhor é um jovem, tem preocupações ambientais com certeza e intergeracionais, protege as gerações vindouras, salvaguarda a capacidade de crescimento daquelas regiões do concelho de Famalicão, e mais do que isso, é uma obra fazível, exequível, ao contrário de muitas outras, que eram autênticas quimeras! Eram sonhos, falava-se do assunto..., de vez em quando alguém falava da variante, lá se enchiam mais umas páginas de jornais a falar da variante! Dois anos depois voltava-se a falar da variante e

era cíclico ao longo de mais de vinte anos que se falou da variante, só que ninguém a fez senhor deputado, sabe, e agora vai ser feita! Essa é que é a grande diferença! -----

--- Essa é a sua opinião. Senhor deputado, eu tenho por hábito ouvi-lo com muita atenção e não tenho nada contra o diálogo, embora me pareça que não seja este o contexto adequado. Quando o senhor quiser dialogar comigo estarei inteiramente disponível para dialogar consigo. Devo dizer-lhe que, e porventura isso é que preocupa o Partido Socialista, é que esta obra vai ser feita! E quando o senhor diz que é expensas do município, por isso é que eu digo que o senhor não deve conhecer a realidade, porque nunca se disse que o município ia suportar os encargos financeiros da obra! Não sei onde é que o senhor foi buscar isso! Não sei senhor deputado! O senhor foi buscar essa informação não sei onde! Se quiser partilhá-la connosco, nós gostaríamos de ouvir qual é a fonte da sua informação! Mas devo dizer-lhe que não há nenhuma assunção de compromisso do município, relativamente à execução de nenhuma parte desta obra! Não diga assim senhor deputado, é verdade! Eu sou o Presidente da Câmara e estou a dizer-lhe a si e a todos, não há nenhuma assunção de compromisso da Câmara Municipal em relação à comparticipação de qualquer montante em qualquer parte desta obra! Nenhuma assunção de compromisso! E devo lembrar-lhe, que se Famalicão no passado, tinha no plano dos sonhos uma variante a Poente, no futuro próximo, quase presente, vai ter na realidade uma verdadeira variante Norte/Sul, porque o que vai acontecer é um prolongamento da solução que já existe, com um acrescento em relação ao projeto inicial que vocês não falaram, mas é verdade sabe! O acesso a Sul à cidade de Famalicão, nomeadamente entre a atual rotunda que está a ser construída na N14 e a atual rotunda Sul da variante Nascente, vai ser objeto de uma intervenção. Sabe que esta intervenção não estava pensada na solução inicial e, portanto não me atrevo a dizer que este processo é melhor, mas também não aceito dizer que o processo é pior do que o anterior! É diferente, é adequado à realidade e, acima de tudo este aspeto é muito importante, é perfeitamente exequível. E quando os senhores dizem que a obra não é feita a troco da transferência de verbas, eu não sei do que é que os senhores não estão a falar! Sinceramente eu não sei do que é que os senhores estão a falar! Não há nenhuma transferência de verbas! E quando falam de fundos comunitários, os senhores também sabem muito bem, que não há fundos comunitários para fazer estradas senhores deputados! O chamado conceito last mile que se

tentou defender do contexto europeu, foi chumbado, não foi chumbado para Portugal, foi para Portugal, foi para a Itália, foi para uma série de países que reclamavam esse conceito. E há fundos comunitários afetos a este investimento, é uma parte de investimento, o que não há é fundos municipais.”-----

--- **RAQUEL PINTO (CDS-PP)** – disse: -----

--- “ Existem aqui dois projetos a serem discutidos. Um de dois mil e quinze e outro de dois mil e dez.-----

--- O de dois mil e dez existiam apoios para infraestruturas de transporte, mas ele não foi realizado. Em dois mil e quinze não há apoio. Não há apoio, mas existe uma proposta de recomendação. Ainda assim o projeto de dois mil e dez, era uma obra megalómana, se calhar no ponto de vista prático, sem grande interesse, que era sobredimensionada, que é uma parte importante. Nós temos que dimensionar para aquilo que existe, para o tráfego que existe e para aquele que é espetável. -----

--- Ainda as velocidades elevadas que iam ser executadas na variante, não iam apoiar o empreendedorismo, ou uma velocidade elevada, vai fazer com que o veículo pesado tenha que ter uma velocidade ainda mais inferior. Numa variante, à partida um veículo pesado terá uma velocidade na ordem dos 90 km por hora. Na maior parte do trajeto ela não ia ser conseguida. Se ela não ia ser conseguida, não ia apoiar os veículos pesados, mas sim apoiar o veículo ligeiro. Não era esse o objetivo, de todo, nesta solução. -----

--- Depois, como em todas as IC's e IP's que existiram até ao momento, ela iria provavelmente ser portajada. Para ser portajada existe a A3, a autoestrada n.º 3 a 1,5 km desta variante projetada. A expropriação a existir nesta variante, ia ser enorme. Não ia apoiar nem habitação, nem empresas, iam ser áreas elevadíssimas. -----

--- Esta proposta de dois mil e quinze, é uma proposta feita a pensar naquilo que existe, no tráfego que existe e na população. E, a localização dela, era estrategicamente pensada para apoiar o tecido empresarial que existe. E ele está na imediação da estrada nacional 14. Não é a quilómetros de distância! Este é um ponto importantíssimo. -----

--- Ainda, este nível de serviço de uma estrada nacional e uma variante, são completamente diferentes. Nós não temos que manter um nível de serviço para uma variante que posteriormente não vai ser usada! Não vai ter tráfego para aquilo que é a sua necessidade! --

--- Este projeto que está agora a ser apresentado e foi apresentado pela Assembleia da República, é um projeto que está adequado às condicionantes como segurança, comodidade, topografia, clima e todas estas que são necessárias para a construção e o projeto de uma variante para a população e, repito, para o tecido empresarial que existe no nosso concelho.”

--- **FERNANDO MONIZ (PS)** – disse: -----

--- “Eu só decidi intervir, porque estamos em presença de uma das obras mais importantes, mais estruturantes para o nosso concelho. E, portanto, estas, algumas visões partidárias, devemos fazer um esforço por reduzi-las à mais insignificância possível, porque esta obra conforme estava projetada inicialmente, é de facto importantíssima para o nosso concelho. -

--- E, senhor Presidente, não é verdade, que a realização de eixos rodoviários, deixou de estar financiada por fundos comunitários! Não é verdade! E não é só o conceito last mile, há outros, como sabe. -----

--- E eu perguntava ao senhor Presidente, considera que não será um encargo insuportável para a Câmara, a Câmara assumir sem meios de financiamento garantidos, a ligação às zonas industriais de Lousado e de Ribeirão? Considera que não é um encargo quase insuportável, aquele inerente à desclassificação do troço da EN14 e que provavelmente vai trazer enormes dificuldades no futuro a esta Câmara Municipal? -----

--- Senhor Presidente, o que está em causa, é fazer uma variante que resolva de facto os problemas estruturantes do nosso concelho. Uma variante em tudo semelhante à variante Nascente que o PSD apoiou e que o PS apoiou e que todas as forças aqui representadas nesta Assembleia apoiaram. Porque essa variante a Nascente, foi uma obra bem discutida e que de facto resolveu os problemas do nosso concelho. Trata-se tão só, de trazer para esta variante a Poente a mesma filosofia, porque os fundos que não foram enlocados em investimentos em Famalicão conforme estavam previstos, essa despesa vai realizar-se, só que não se vai realizar no nosso concelho! Porventura, mais uma vez em Lisboa.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – disse:-----

--- “Senhor Presidente, se me permitir só para, e aproveitando as questões aqui trazidas pelo senhor deputado Fernando Moniz, para deixar bem claro um aspeto: -----

--- Eu repito o que disse há pouco na sequência de uma questão aqui trazida pelo senhor deputado do Partido Socialista, a Câmara Municipal não assumiu nenhuma responsabilidade

financeira neste processo. Que fique bem claro, repito, a Câmara Municipal não assumiu nenhuma responsabilidade financeira neste processo. Senhor deputado, eu não sei onde é que o senhor deputado viu isso! Mostre quando quiser senhor deputado! Faça chegar! Aliás, nós temos um quadro legal que os senhores conhecem. O senhor Presidente de Câmara não pode assumir compromissos a esse nível, sem os levar aos órgãos competentes, nomeadamente à Câmara Municipal e se forem plurianuais a esta câmara que é a Assembleia Municipal, por uma questão de direito! E os senhores conhecem que, dar-me-ão esse..., condescenderão comigo que não tomaria essa posição, sem cumprir do ponto de vista legal dos procedimentos. Não há nenhum compromisso nem escrito, nem por escrever! Senhor deputado diga o que quiser, uma coisa é o que o senhor quer, outra coisa é a verdade! A verdade é que não há nenhum compromisso. Ponto. -----

--- Sobre a questão dos fundos comunitários, senhor deputado, sabe que o conceito last mile caiu, não foi aceite por Bruxelas! Sabe disso, o acordo de parceria que Portugal propôs, tinha essa intenção e não foi aceite. O único aspeto que vingou, não tem a ver com os fundos de coesão, tem a ver com a competitividade, que é financiar alguns lanços de estrada, com a vocação de servir de alavancas empresariais. E é com esse argumento que se candidatam as duas antenas rodoviárias em relação a Lousado e em relação a Ribeirão, só isso! Mas não há, repito, do ponto de vista da Câmara Municipal nenhum compromisso assumido, nem há nenhuma transferência de verbas! -----

--- Os senhores conhecem o plano estratégico ao nível das intervenções viárias do Estado Português e sabem quais são as prioridades que são definidas! E também sabem, que no próximo Quadro Comunitário, a nossa obra, mereceu uma classificação, considerada muito digna e adequada à nossa região, que não há nenhuma outra obra que supere esta ao nível da sua relação de meios. Não há! E, portanto, eu também não aceito, que se tenha aqui uma leitura de transferência de disponibilidades desta obra em relação à versão original, se quiserem, para outras zonas do território. Isto também não é verdade, também tenho que ser justo em termos nacionais de reconhecer que isso não é verdade. E, portanto, por um lado não há responsabilidade do município, por outro lado esta obra não significa nenhuma menoridade em relação à anterior, e não podemos aceitar que haja qualquer tipo de transferência de financiamento para outras obras noutras latitudes em Portugal.” -----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

--- “Este desenho da circular à Trofa assim designada, e estas opções técnicas embora de implementação mais económica tornam-se também mais eficazes no que diz respeito à drenagem do território e consequentemente à mobilidade das populações e dos seus agentes económicos. -----

--- A interligação física e operacional de diversos equipamentos fundamentais para a região que atravessa tornam este eixo fundamental a fim de melhorar o aproveitamento das sinergias que cada desses equipamentos que também são disponibilizados às populações.----

--- Há ganhos, ganhos significativos. Eu diria que há uma melhoria nas acessibilidades às zonas industriais. Há uma melhor articulação com a Ferrovia. Há uma melhor articulação com a A3 e com a A7.-----

--- Mas obviamente que também é preciso ter cuidados. Qualquer via impõe regras de ocupação nas suas margens e o seu uso com vista a manter as suas características e as suas qualidades por um período mais longo.-----

---A ocupação difusa do território tem na sua génese o suportar-se no sistema viário existente independentemente da sua classificação, natureza e necessidades de funcionamento.-----

--- Assim ou se criam zonas *non aedificandi* que garantam a livre circulação nesses eixos não permitindo que eles sirvam de suporte à ocupação urbanística marginal ou então, sejam eles dimensionados como forem, terão sempre uma vida útil curta e nunca servirão os interesses e os intuitos para que foram criados. -----

--- A simples construção de vias rápidas de 4 faixas e sem cruzamentos de nível também não é o garante de sucesso pois na realidade não são alternativa aos movimentos produzidos nas estradas nacionais. -----

--- Por isso não é linear que a solução agora apresentada seja pior que a anterior.-----

--- Cabe pois aos municípios por intermédio dos seus instrumentos urbanísticos fazerem uma gestão do território apertada, inteligente e com visão que assegure longevidade à intervenção viária agora proposta.-----

--- Parece-me contudo que será o Município da Trofa a ter a grande responsabilidade de assegurar longevidade a esta estrutura viária dado que a mesma atravessa o seu território

demasiado perto do aglomerado urbano e portanto mais sujeito a pressões urbanísticas e a descaraterização prematura. -----

--- Ainda no Concelho da Trofa somos de opinião que deveria ser melhorada a interligação desta via à A3 para que não fosse sobrecarregado o acesso a esta autoestrada em Cabeçudos.

--- Já no Concelho de V.N. de Famalicão os riscos serão muito menores considerando o amplo estudo já feito e os em curso para a zona de influência desta nova via. -----

--- A integração no domínio público municipal do troço da EN14 entre a ponte sobre o Ave e a nova Rotunda de Santana é pura e simplesmente uma confirmação de uma situação que de há muito está consolidada na prática dadas as características urbanas que a via adquiriu ao longo dos anos em que foi permitida a sua ocupação marginal intensiva. -----

--- Poderá assim, a Câmara Municipal, com a futura jurisdição total sobre este troço de via, melhor conter o desenvolvimento urbano e atribuir-lhe um perfil e um tratamento mais condizente com a ocupação urbanística existente. -----

--- É pois a solução à dimensão do País que temos.” -----

--- **NUNO SÁ (PS)** – disse o seguinte: -----

---“Eu confesso, senhor Presidente de Câmara, que estava ali com toda a sinceridade numa dúvida existencial da minha bancada, para perceber uma coisa: -----

--- Como é que se descobriu, em um mês, uma solução tão fantástica que justifica que tenham vindo aqui os responsáveis políticos do PSD e do CDS-PP dizer tão mal da solução anterior? Ou seja, eu em várias ocasiões que estive na freguesia, na autarquia de Ribeirão, sempre defenderam a variante tal qual existia no passado! Eu recordo-me que o senhor Presidente de Câmara, Armindo Costa, sempre defendeu a variante à Nacional14 tal qual existia. E, portanto a questão é: o que é que fez a Câmara Municipal, que apoiada pelos mesmos partidos, com o apoio das autarquias locais das juntas de freguesia que defendiam a variante tal qual existia, agora de repente parece que se descobriu uma solução fantástica, muito melhor do que a anterior? Só posso concluir que então andaram a perder tempo estes anos todos e as juntas de freguesia, designadamente Ribeirão e outras, não tinham razão nenhuma quando defendiam a variante anterior.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – disse:-----

--- “Senhor Presidente, de uma forma muito breve para explicar ao senhor deputado. -----

- Primeiro essa solução não se consegue num mês, o senhor deputado sabe disso. -----
- Segundo, o que nós agora aceitamos, não põe em causa o que propúnhamos e o que queríamos do passado! O que faz mudar é a realidade senhor deputado. É a realidade do país, é a situação em que ele está, que se calhar não é tão boa como alguns têm dito ultimamente, sabe senhor deputado! “ -----
- *Posta à votação a proposta de recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, relacionada com a Continental Mabor, foi a mesma rejeitada, com cinquenta e quatro votos contra, um voto a favor e doze abstenções.* -----
- *Posta à votação a proposta de recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, relacionada com os serviços de registos e notariado, foi a mesma rejeitada, com cinquenta votos contra, dois votos a favor e treze abstenções.* -----
- *Posta à votação a proposta de recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, relacionada com o Dia Internacional da Mulher, foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----
- *Posta à votação a proposta de recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, relacionada com o Bombeiro Voluntário, Pedro José Araújo Pimenta, no sentido de ser votado um louvor pela coragem e abnegação, e uma recomendação à Câmara Municipal para ser atribuída uma condecoração no Dia da Cidade, foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----
- *Posto à votação um voto de recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, relacionado com a variante, foi a mesma rejeitada, com quarenta e seis votos contra, dezassete votos a favor e três abstenções.* -----
- *Posto à votação um voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, relacionado com a variante, foi a mesma aprovada, com quarenta e cinco votos a favor, catorze contra e seis abstenções.* -----
- *Posto à votação um voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, pelo falecimento do senhor Joaquim Ferreira Lopes, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----
- Neste momento fez-se um minuto de silêncio.-----
- **PAULO COSTA (BE)** – fez a seguinte declaração de voto:-----

--- “Uma breve explicação do voto contra a proposta de recomendação da CDU relativamente à Continental Mabor.-----

--- Não só, quer dizer, isso não seria a questão mais válida, mas há a questão formal de que isto é um ponto que está agendado, não exatamente esta recomendação, mas o cerne da questão está agendado para daqui a pouco, e nesse aspeto parece-me que a CDU não esteve bem em apresentar esta recomendação, e depois porque a filosofia inerente a esta proposta dando provavelmente avisadamente por adquirir que a Continental Mabor será isentada desta tributação que nos é proposta, de qualquer forma com a qual nós não concordamos, mas daqui a pouco iremos manifestá-lo, de qualquer forma parece-nos um raciocínio altamente viciado e falível este da compensação de que o Município isenta-vos de IMI e vocês fazem um pequeno regalo à comunidade. Neste caso poderia ser até um grande regalo não é, porque um gimnodesportivo seria certamente uma aquisição para a freguesia notável. Mas isto é um tipo de filosofia, que me perdoem, mas cheira até a um fenómeno de industrialização tipo estado novo, quer dizer, sinceramente, daí a razão da minha declaração de voto.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor Presidente, não é para apresentar uma declaração de voto, porque o Grupo Municipal do PSD não tem tempo, por isso não pode fazer declaração de voto, mas julgo termos o artigo 60.º número 7 e 8, eu vinha anunciar em nome do Grupo Municipal do PSD, a intenção do meu grupo apresentar declarações de voto por escrito no prazo legal de dois dias úteis, para a proposta de recomendação da CDU ligada à isenção do IMI na Continental Mabor, a proposta de recomendação também ainda da CDU relativamente à transferência dos serviços de Registos e Notariado para os Paços do Concelho, e ainda sem embargo de termos votado favoravelmente, também uma declaração de voto sobre a proposta de recomendação do Bloco de Esquerda, relativamente às comemorações do Dia Internacional da Mulher.” -----

--- Terminado este período, passou-se, de imediato, ao período da:-----

-----**ORDEM DO DIA** -----

--- **PRIMEIRO PONTO-** *INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)* -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição dos senhores deputados para qualquer esclarecimento que considerassem adequados.-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – disse:-----

---“Só uma pequenina questão. Ouvimos há bocado o senhor Presidente da Câmara referir que todos os assuntos são deliberados em reunião de Câmara e vêm à Assembleia, eu só gostava de chamar a atenção do senhor Presidente da Câmara, que nas informações do senhor Presidente, na página nove, vem aí referido que a Câmara Municipal na reunião de quinze de janeiro, deliberou aprovar o plano estratégico de V. N. de Famalicão. De acordo com a ata presente no site, a referida proposta foi retirada por unanimidade. Portanto há aqui um erro.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----

--- “Senhor deputado, esse é exatamente o ponto que nós anunciamos no início, estava retirado das informações: “tendo sido decidido por unanimidade em reunião de Câmara”.” --

--- **CÂNDIDA VELOSO (PSD)** – disse:-----

--- “Eu gostaria de interpelar o senhor Presidente acerca do programa Aproximar, que tem a ver com a descentralização das competências na educação, e sabemos porque é essencial não apenas informar, mas também esclarecer. E neste sentido, era importante que, uma vez que foram dados passos que de certa forma tornaram mais próximo este programa e esta descentralização de competências, eu gostava que o senhor Presidente referisse, nos desse essa informação acerca da forma como é que avalia este contrato interadministrativo de delegação de competências face às expectativas iniciais. Que ganhos e que transformações trará este programa para as nossas escolas, alunos e famílias, que à partida entrará em vigor já no próximo ano letivo.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

---“Sobre esta informação que nos traz o senhor Presidente da Câmara, nós gostaríamos de intervir um pouco mais sobre ela, achamos que ela naturalmente deve ser valorizada, mas há que considerar que a sua obrigação legal importa sempre realçar esse aspeto, e é a maneira pela qual estamos mais por dentro, mais ao corrente da ação do executivo, no que diz respeito à resposta e aos anseios dos famalicenses e mesmo à execução das obras das

grandes opções do plano aprovadas pela maioria que aqui suporta esta Câmara, e isto é importante na medida em que a CDU não tem ninguém no órgão executivo.-----

--- Há temas que nos merecem um pouco mais de atenção, outros nem por isso, mas pretendemos, portanto, dizer que é sempre bom chegar a este tipo de informação, para se fazer uma crítica e também naturalmente que a mesma crítica seja ouvida por forma a eventualmente se vir a corrigir alguns dos excessos. -----

--- Assim, por exemplo, a nós suscita-nos algumas dúvidas o autoproclamado mérito de autarquia mais familiarmente responsável, aliás a que já aludimos numa outra nossa intervenção, e isto enquanto entidade pretensamente empregadora pública, só porque terá celebrado um “acordo coletivo da entidade empregadora pública”, quando a página 8 faz um gáudio da sua adesão ao programa de rescisões por mútuo acordo eufemístico artifício para se livrar de trabalhadores com contrato por tempo indeterminado e assim engrossar o contingente dos desempregados com as concomitantes consequências na sustentabilidade da segurança social preocupação tão demagogicamente agitada por este e anteriores governos executantes da política de direita de ruinosos efeitos para o país e o povo português. O acenar de “tentadoras” compensações poderá induzir os menos avisados no logro de as aceitarem abrindo portas mais cedo ou mais tarde à insegurança e perturbações tanto de ordem pessoal como familiar, além de que contribuirão para alargar o exército de reserva de mão-de-obra barata e precarizar as relações de trabalho sempre em benefício da componente capital e em prejuízo da componente trabalho, ou seja o binómio classe capitalista / classe operária e outros trabalhadores. Estamos coerentemente em total dissonância com a sua manifesta satisfação. E continuamos sempre solidários com os trabalhadores. -----

--- Um outro tema candente e alvo da nossa atenção é o facto de, sob o título de “visitas de membros do governo ao concelho”, V. Ex^a referir, de forma muito entusiástica e certamente com toda a razão, no “conjunto de assuntos estratégicos para o nosso futuro coletivo”(sic) a transversalmente desejada acessibilidade estruturante. Isto é, a variante à EN 14.-----

--- E repito de forma pouco entusiástica porque, quando em Abril de 2014 V. Ex^a conjuntamente com seus pares da Maia e Trofa transpuseram para a opinião pública que não abdicavam e até reivindicavam a acessibilidade a poente como uma nova variante e não o mitigado projeto que hoje está sobre a mesa. -----

--- Tanto assim é que eu e a minha força não interpretamos de outro modo a inserção nos vossos compromissos de “Famalicão concelho acessível” vertido no “Grande projeto para Famalicão” que em 2001 a sua coligação de direita levou ao sufrágio dos famalicenses e no qual era assumido textualmente “empenho na construção da variante poente à Vila de Ribeirão, entre a Trofa e o nó da A7 a criar em Vilarinho...”.-----

--- Lembra-se com certeza deste compromisso ainda que V.Ex^a figurasse num modesto 23º lugar na lista eleitoral do PSD/CDS para este órgão deliberativo. -----

--- Não valerá a pena perguntar-lhe se subscrevia esse “empenho” porque compulsados os sucessivos compromissos eleitorais da sua coligação partidária e mais que isso as anuais grandes opções do plano quer na vigência dos mandatos daquele que apadrinhou a sua candidatura quer já na sua qualidade de presidente da edilidade famalicense neles sempre foi inscrita a necessidade de “nova variante à EN 14 entre os concelhos da Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão”, não obstante os grupos parlamentares do PSD/CDS e já agora, diga-se, do PS terem chumbado as várias iniciativas levadas à Assembleia da República pelo PCP. --

--- Comungo da sua perçetível decepção e até frustração ainda que você não a declare abertamente, porque este projeto não vai responder satisfatoriamente às legítimas expectativas que foram criadas ao longo de décadas de espera tanto na mobilidade das populações como na de produtos e mercadorias para dentro e fora do concelho. As movimentações e manifestações de descrédito e desagrado populares que têm vindo a lume, e a que a comunicação social tem dado eco, são indiciadoras de que este projetozinho poderá corresponder àquele ditado popular – e a montanha pariu um rato. O mesmo é a nosso ver meramente eleioeiro e desmente aquele que, o anunciando, foi autor da desprezível expressão que “se lixem as eleições”. -----

--- Ouso ainda abordar o tema saúde e desde já manifestar a nossa preocupação e ceticismo quando nos transmite nesta informação a imagem de uma eventual vitória do município quando deliberou solicitar tão-só a suspensão da decisão de encerramento das Extensões de Saúde de Arnoso Santa Maria e do Louro e não a revogação da dita.-----

--- Não temos quaisquer reticências em criticar frontalmente a Câmara por tão lamentável decisão que não só não acautela o direito à saúde por parte das populações respetivas como

se revela cúmplice dos objetivos que o Ministério da Saúde persegue e tem levado à prática, que é a destruição do serviço nacional da saúde e a sua privatização. -----

--- Aliás, a hipócrita iniciativa dita para minorar o impacto da decisão de garantir o transporte coletivo rodoviário nas ligações entre as referidas localidades e a Unidade de Cuidados Personalizados de Nine mais não é do que levar as populações a aceitarem o encerramento como facto consumado. -----

--- Tudo faremos para que tal não aconteça e disso faremos com que as populações assumam como causa própria e lutem pela sua defesa. -----

--- Lembrámo-nos perfeitamente do desencadear destes encerramentos por parte dos governos de Sócrates/PS e neste órgão a sua coligação assumir como profissão de fé que neste concelho tal não aconteceria e sempre se oporiam. -----

--- Será que “a mudança de paradigma” preconizada pelo seu chefe governamental está também a fazer o seu caminho em Vila Nova de Famalicão. -----

--- Mas também em Famalicão as populações não dormem, senhor Presidente. E mais cedo do que o que pensa irão dizer da sua justiça. -----

--- Já agora como vão reagir as pessoas que em Fradelos e Lousado além de se oporem ao encerramento das Unidades, reclamam mais um médico? E o que é que se passa com a especialidade de obstetrícia no nosso hospital. Que fundamentos há para os ameaços de encerramento e transferência que por aí correm? -----

--- Senhor Presidente, desde já queremos vincar a nossa inequívoca rejeição pelas municipalizações das obrigações do Estado, nomeadamente nas áreas da saúde e da educação e para as quais V. Ex^a tem vindo a revelar apetência, desconhecendo nós as reais motivações que lhe estarão subjacentes. Estaremos atentos. -----

--- Voltaremos a estes e outros temas. -----

--- Por último, perguntamos que comentário lhe merece os trilhos armadilhados usados pelos betetistas objeto de notícias, assim como os atentados a utilizadoras da ecopista? Que medidas de segurança estão implementadas? A Câmara chamou a si algumas dessas medidas ou encetou diligências junto das forças de segurança, GNR, por exemplo?” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

---“Sobre a questão que a senhora deputada me colocou relativamente ao contrato interadministrativo de transferência de competências, a que nós lhe chamamos territorialização da educação, eu devo dizer-lhe que esse é um tema que está a ser objeto de audições no contexto municipal com os agentes locais, nomeadamente os agentes ligados à educação. O senhor Vereador tem acompanhado de muito perto esse processo. É nossa convicção que muito em breve ele será submetido à deliberação dos órgãos competentes quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, mas não escondo que o Município de V. N. de Famalicão vê com bons olhos, como sabe é um processo voluntário, é um processo de adesão, não resulta de nenhuma consequência legal, vemos com bons olhos este assumir de novas responsabilidades no contexto autárquico. -----

--- Eu tenho dito que os municípios não se podem esconder num contexto de desresponsabilização em relação a algumas matérias, porque uma Câmara Municipal, como qualquer outra autarquia, não consegue ficar indiferente perante uma questão, a partir do momento em que percebe que pode dar um contributo para melhor resolver. -----

--- Ao longo destes anos foi-se enraizando em nós a sensação de que o território, quando falo do território falo obviamente da autarquia, mas falo muito particularmente também das direcções dos agrupamentos, das associações de pais, toda a comunidade educativa, sente-se habilitado a assumir novas tarefas neste processo educativo. Desde logo, o bom desempenho, e perdoem-me a imodéstia, do concelho de Famalicão onde a Câmara se inclui, relativamente ao percurso assumido noutros níveis de ensino, quer no pré-escolar, quer no 1.º ciclo do ensino básico, sinalizaram uma condição especial do concelho de Famalicão, de assumir esta responsabilidade ou esta competência. E, por isso, vemos com bons olhos a atitude do Governo, de numa ótica de certa forma experimental, porque são alguns os municípios com os quais vai ser outorgado este contrato interadministrativo, de assumirmos esta responsabilidade nos restantes níveis do ensino básico, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e também no ensino secundário. -----

--- Devo dizer-lhe, que a sensação que temos recolhido dos agentes, nomeadamente dos senhores professores, pessoal não docente, direcções de agrupamentos, associações de pais e demais comunidade, é um sentimento de agrado perante a solução que está a ser preconizada. É nossa convicção de que o que está a ser feito, vai ter o grande mérito de

permitir mais sucesso no processo educativo e, acima de tudo, uma adequação da formação proporcionada no concelho de Famalicão, àquelas que são as características, as nossas forças também que caracterizam o território do nosso concelho. E, portanto, é um processo que está a desenvolver o seu caminho. Há uma fase que está completa que se prende com as conversações e a consensualização no contexto governamental. É bom saber que as conversas com o Governo não foram um exclusivo da Câmara Municipal, os agrupamentos estiveram sempre envolvidos neste diálogo com o Governo e acompanharam sempre todas as etapas do processo. E, por isso, entendemos que este diálogo estruturado que foi desenvolvido, foi bem-sucedido, e penso que agora, muito brevemente, traremos aos órgãos municipais, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, as respetivas propostas, para que possa ser preparado o próximo ano letivo, como aqui trouxe como preocupação e muito bem, de acordo com a nova realidade, de acordo com o novo panorama educativo.-----

--- Relativamente às questões trazidas pelo senhor deputado da CDU, confesso-lhe que são as questões de segurança obviamente que revemos essa preocupação. Sabe que a nossa relação com a segurança é permanente, nós não falamos com as forças de segurança só porque há um problema, falamos habitualmente com as forças de segurança, quer com a PSP, quer com a GNR. O senhor Vereador e eu próprio, temos contactos habituais, periódicos, quase permanentes com as forças de segurança. -----

--- As questões concretas que aqui trouxe, suscitam-me preocupação, temos conhecimento delas e esperamos que elas não se repitam, embora saibamos que às vezes é impossível criar condições para as evitar. -----

--- Sobre as questões que aqui trouxe relativamente à renovação dos contratos de trabalho, senhor deputado, nós não temos nenhum prazer em fazer cessar os vínculos laborais! Agora, o outro nível que o senhor deputado nos coloca, é de nós impedirmos os trabalhadores de exercer esse direito! A lei permite-lhes, concede-lhes um direito. Eu já lhe disse e repito, eu nunca, nem ninguém na Câmara Municipal, tomará nenhuma atitude em relação a um trabalhador para promover essa solução! E, por isso, é que exigimos que o pedido seja sempre formulado por escrito, senhor deputado, exatamente para que haja algum amadurecimento, alguma reflexão acerca do processo. Agora, eu não posso é deixar de cumprir uma lei, senhor deputado, que consagra um direito para os trabalhadores de

querendo manifestar esse propósito à Câmara Municipal! O que está aqui em causa, ao contrário do que o senhor deputado quis insinuar, é a defesa dos direitos dos trabalhadores. Eu enquanto Presidente de Câmara estou a defender os direitos dos trabalhadores que estão legalmente consagrados! Se eu não fizesse o que estou a fazer e fizesse o que o senhor deputado sugere, eu seria justamente acusado de não defender os interesses dos trabalhadores, e eu não abduco, confesso-lhe, dessa defesa intransigente em cumprimento da lei.” -----

--- **PAULA DOURADO (PSD)** – disse:-----

--- “A criação de condições no concelho de Vila Nova de Famalicão para atração de investimento do exterior, designadamente o trabalho de proximidade com empresários e empreendedores que o MADE IN Famalicão tem vindo a fazer, a par de outros investimentos para a criação de um ecossistema empresarial favorável, nomeadamente na educação (esforço de articulação da oferta educativa e formativa em resposta às necessidades das empresas), já está a dar os seus frutos. Prova disso, são as empresas que se deslocalizaram para o nosso território e/ou que aqui abriram unidades industriais, muito recentemente, e outras que estão em curso. -----

--- O impacto destes investimentos sobre o rendimento e sobre a criação de emprego no território é inegável. -----

--- Devemos, pois, acarinhar estas movimentações e dinâmicas -----

--- Foi, também, outorgado, recentemente, um Protocolo de Cooperação entre o Município de Vila Nova de Famalicão e a Empresa Riopole, ao abrigo do Made In Famalicão, que marcou a criação de uma Incubadora de Projetos Empresariais, de nova geração, num contexto vivo de uma empresa que está em laboração e que é uma empresa de referência no nosso panorama local e nacional.-----

--- A Riopole cedeu parte das suas instalações para a dinamização desta nova estrutura de incubação e aceleração de ideias de negócio inovadoras e com valor acrescentado, no domínio da indústria e dos serviços de apoio à atividade industrial. Estamos certos de que os projetos aqui incubados poderão beneficiar do contexto empresarial envolvente e de um saber fazer acumulado, o que significará, sem margem para dúvidas, uma mais valia nos primeiros anos de vida de uma empresa. -----

--- Esta incubadora tem a particularidade de oferecer condições para o surgimento de projetos industriais, sendo, de facto, um estímulo à comunidade de empreendedores de Vila Nova de Famalicão. Exemplos destes, Senhores Deputados, serão poucos no país. -----

--- Senhor Presidente, -----

--- Gostaria, em primeiro lugar, naturalmente, de o felicitar por este projeto que significa um passo de gigante no apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego no setor industrial (um setor de vocação concelhia que sai aqui reforçado). -----

--- Gostaria, em seguida, de lhe perguntar colocar uma pergunta: pedia que nos informasse sobre qual é o ponto de situação deste Projeto neste momento e para quando está prevista a abertura desta Incubadora de projetos empresariais de cariz industrial.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse o seguinte: -----

--- “Aproveitando a preocupação do senhor Presidente da Câmara com a segurança, eu ia-lhe colocar uma questão relativamente singela e circunscrita a um espaço, neste caso à rua Conde de Riba de Ave em Riba de Ave e a eminente derrocada de um terreno nessa rua. Portanto, gostaria de saber se os serviços camarários competentes estão atentos e se estão a diligenciar no sentido de ser evitado um qualquer perigo público decorrente, passe o pleonasma, dessa derrocada.” -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** – disse: -----

--- “Em fevereiro de dois mil e dez, altura em que o atual Presidente de Câmara, Dr. Paulo Cunha, era vice-presidente, a Câmara Municipal através do seu site, lança a discussão pública acerca de um projeto de alternativa à N14. Projeto esse que teria uma extensão de 39 Km, um separador central, que iria dividir duas faixas de cada lado. -----

--- Ora bem, o que é que mudou de 2010 para agora? Foi a visão do Presidente de Câmara? Será que o anterior era assim tão mau quanto isso? Ou será que mais uma vez vamos de encontro àquilo que aconteceu com os Centros de Saúde, com os Tribunais? O Governo decide e a Câmara obedece. Era uma dúvida que gostava que me tirasse senhor Presidente.”

--- **DUARTE SANTOS (PS)** - disse:-----

--- “Antes de colocar as questões ao senhor Presidente de Câmara, gostaria de aqui fazer um reparo, quer ao PSD, quer ao senhor Presidente de Câmara. -----

--- Há bem pouco tempo o PS tomou uma posição pública, após uma visita ao Centro Hospitalar do Médio Ave, sobre preocupações que são legítimas, em relação a esta problemática do hospital que todos vocês conhecem e que devem ter acompanhado pela comunicação social. Logo nos acusaram de andarmos aí a lançar bombas atómicas, fumo pelo ar, tapar os olhos não sei a quem! Bem, se é este o papel que vocês reservam para a oposição, de estarem aqui quietos e calados a enfeitar esta sala, eu recuso-me a estar aqui. Quer dizer, o meu trabalho enquanto membro do partido da oposição, é não só estar atento a estas questões, como levantá-las, como trazê-las aos sítios onde se pode discutir e se pudermos mobilizar as populações no sentido de valorizarmos Famalicão e resolvermos os problemas de Famalicão, nós estamos disponíveis e sempre dissemos que estávamos disponíveis. Mas sempre dissemos e continuamos a dizer, que estamos disponíveis para ajudar a Câmara nesta problemática, que é uma problemática difícil, onde todos somos poucos para tentar resolver um problema e onde é um problema sério que nos pode afetar de uma forma permanente e grave. E, portanto este reparo, para que as pessoas tenham mais respeito pela posição dos outros e que não lancem atoardas no sentido de desclassificar as nossas posições. Não, nós somos críticos, temos a nossa posição e, a partir daí, eu gostaria então de colocar tão simplesmente, o que é que o senhor Presidente de Câmara sabe sobre esta problemática do Centro Hospitalar do Médio Ave? -----

--- Mais, o senhor Presidente de Câmara sabe que a Misericórdia de Santo Tirso vai tomar conta do Hospital de Santo Tirso em 2015? Sabe ou não? Se assim acontece, o Centro Hospitalar do Médio Ave fica reduzido na sua composição, que era Trofa, Santo Tirso e Famalicão, o que no seu conjunto determinava um certo número de valências e estas valências não são valências menores, são valências que depois classifica o hospital e dão qualidade ao próprio hospital. O facto de perdermos valências, perdemos qualidade no Centro Hospitalar do Médio Ave. -----

--- Há outras soluções, há outras alternativas, o senhor Presidente de Câmara tem acompanhado isto com o Ministério da Saúde, há soluções a encontrar, gostaríamos antes de falar, saber. -----

--- Temos por despacho do Ministério, que não tenho aqui a data, mas posso dar se quiser, que o Hospital de Vila Nova de Famalicão, através da classificação que atribuíram grupo 1,

irá perder obstetrícia, portanto partos, ponto final. E mesmo que esteja incluído no Centro Hospitalar do Médio Ave, o que me parece que vai acontecer. -----

--- Outra pergunta que gostaria de fazer ao senhor Presidente de Câmara, era a seguinte:-----

--- Estão previstos fechar mais Centros de Saúde, mais Extensões de Saúde, onde, quais e quando? -----

--- Por outro lado, gostaria de saber qual é a posição do senhor Presidente de Câmara, em relação ao Serviço Nacional de Saúde, ou se preconiza alternativas ao Serviço Nacional de Saúde para V. N. de Famalicão.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – respondeu: -----

--- “Senhor Presidente se me permitirem os senhores deputados, começar exatamente pelas últimas questões que me foram colocadas. -----

--- Senhor deputado, eu não resisti a escrever uma citação e espero fazê-lo com rigor. O senhor disse agora, “gostaríamos de antes de falar, saber”, palavras suas. O Partido Socialista tomou uma posição e veio fazer as perguntas depois de ter tomado a posição. O Partido Socialista é livre de fazer oposição, nunca pusemos isso em causa. Agora, também não podem pôr em causa, as atitudes que nós temos que tomar e digamos tomar em função das posições que o Partido Socialista toma. É o exercício democrático senhor deputado! O Partido Socialista toma uma posição, a Câmara Municipal tomará a posição que achar que deve tomar. E quando tomamos uma posição, não estamos a minorizar a vossa posição, estamos a expressar a nossa posição, não mais do que isso. -----

--- Sobre as questões concretas que me colocou senhor deputado, relativamente à misericórdia de Santo Tirso, não me pergunte! Eu não tenho nenhuma relação com a Misericórdia de Santo Tirso, nem tenho que ter. Só faltava mais essa agora eu interferir nas decisões da Misericórdia de Santo Tirso! É uma decisão que há de ser tomada pela Misericórdia de Santo Tirso em função das circunstâncias que envolverem essa mesma decisão. Não tenho nenhuma proximidade, nenhuma influência como deve compreender nas decisões da Misericórdia de Santo Tirso que aqui citou. -----

--- Depois quero dizer também o seguinte:-----

--- Não aceitemos, e eu não aceito, não concordo, que se crie a ideia que esta arquitetura sedo-hospitalar de que faz parte Famalicão e Santo Tirso, Famalicão saiu favorecido por

Santo Tirso fazer parte deste Centro Hospitalar, não me faça acreditar nisso, senhor deputado! Eu não acredito senhor deputado! Não me façam acreditar que ao longo destes anos todos, que Famalicão ganhou competências por causa de Santo Tirso! A verdade é o contrário, senhor deputado, Santo Tirso ganhou competências por causa de Famalicão, e o senhor sabe disso. Santo Tirso ganhou um conjunto de competências por fazer parte do Centro Hospitalar com Famalicão por causa da partilha de meios. Portanto, não me façam convencer, e estou certo de que os famalicenses também não se deixam convencer, que Santo Tirso, fazendo parte do Centro Hospitalar com Famalicão, que fez com que Famalicão saísse valorizado! Não é verdade senhor deputado! -----

--- Segundo, devo dizer-lhe, que relativamente ao futuro, não há rigorosamente nada. Não há nenhuma expectativa, muito menos confirmação, acerca de qualquer valência ou qualquer competência do hospital de Famalicão. E devo dizer-lhe, que o Hospital de Famalicão, felizmente, tem ganho um conjunto de competências novas em áreas recentes, fruto da sua relação, nomeadamente com Braga, com a dimensão de investigação e de universidade que também sabe que está afeta ao nosso Hospital de Famalicão, e felizmente isso tem valorizado o Hospital de Famalicão. E, portanto, sobre o presente do Hospital de Famalicão, devo-lhe dizer que se recomenda, aliás, ao longo destes meses passados, muito ouvimos dizer, lemos, vimos na televisão, muitos problemas com muitas urgências em muito Hospital. Não deixamos de notar que felizmente em Famalicão isso não aconteceu! É bom sinal, é mérito de quem lá trabalha, muito mérito de quem trabalha neste Hospital, pelo facto de termos conseguido vencer as dificuldades sem os transtornos para a comunidade, como sucedeu noutros casos. -----

--- Sobre as questões das Extensões de Saúde, senhor deputado eu não tenho conhecimento de nenhuma previsão, nem de nenhum processo em curso, que possa levar a essa decisão. O que eu tenho que dizer com toda a sinceridade é esta verdade, que é a verdade que eu sei, como sabe é uma matéria que não é da competência da Câmara Municipal, é competência que extravasa a nossa área de ação. -----

--- Sobre o Serviço Nacional de Saúde devo dizer-lhe que defendo o Serviço Nacional de Saúde com mais envolvimento autárquico, falei já da cogestão da municipalização da saúde, é verdade, é o que eu penso. -----

--- Questões de Riba de Ave, senhor deputado, dizer- lhe que a Junta de Freguesia sinalizou à Câmara Municipal essa preocupação, a Câmara Municipal está atenta, é um terreno privado, mas estamos atentos.-----

--- Senhora deputada, Paula Dourado, a incubadora da Riopole está a correr bem, as obras estão em curso, até 15 de Abril candidaturas, esperamos abrir em Maio dentro do que estava previsto.”-----

--- **DUARTE SANTOS (PS)** – disse o seguinte: -----

--- “Senhor Presidente de Câmara, eu penso que não foi por ignorância, penso que foi propositadamente para lançar sim uma cortina de fumo. Tentou falar sobre competências do Hospital e não sobre valências do Hospital. O que eu estava a falar é sobre as valências que este Hospital está acreditado e sobre a qualidade que essas valências podem trazer a este Hospital, porque sem as valências não vale a pena falarmos se podemos ter profissionais de muita qualidade, mas temos para aquelas valências. E há valências que estão a perder, como por exemplo, a de obstetrícia, e isso é inegável senhor Presidente. E o senhor devia saber, porque isso faz parte já de um despacho! Se quiser eu dou-lhe o número do despacho e a cópia. -----

--- Mais, senhor Presidente: como o senhor Presidente não conhece, mas devia conhecer, porque isso é público, o acordo do Ministério da Solidariedade Social, o Ministério da Saúde e das Misericórdias, para que numa fase dois que é até ao final de 2015 o Hospital de Santo Tirso passe para a Misericórdia, estou a informar, mas futuramente dar-lhe-ei conhecimento, prova de tudo isto que estou a falar. -----

--- A questão que colocou aqui assim, é uma questão que o senhor tenta baralhar as pessoas porque não estão muito à vontade neste tema, e então o senhor tenta baralhar, dizendo que este hospital tem muita categoria graças aos bons profissionais. Todos estamos de acordo sobre isso, e é graças aos bons profissionais que se mantém a qualidade, agora me dizer que o Centro Hospitalar do Médio Ave não lucrou com o de Santo Tirso fazer parte, isso é um erro senhor Presidente, porque não era possível constituir o Centro Hospitalar do Médio Ave sem Santo Tirso e Trofa, segundo a lei vigente! Não lhe perdoo senhor Presidente, não conhecer isso. Essa crítica não lhe perdoo, porque o Centro Hospitalar do Médio Ave, teve e tem necessidade da parceria com Santo Tirso, porque senão não obtém os números para ser

classificado de acordo com a legislação e ter as valências que esses números permitem. Portanto, houve essa necessidade e recorremos. Agora estamos confrontados com um novo problema, é que face à passagem do Hospital de Santo Tirso para a Misericórdia, ou encontramos outras parcerias para constituir o Centro do Médio Ave, ou do Médio Cávado, ou outra coisa qualquer, para termos os números necessários para cumprirmos a legislação, e termos as tais valências que depois se transferem em competências, sim senhor, e ter a qualidade que é necessária para este Hospital, e todos nós desejamos, ou então as coisas vão mal. Por isso é que eu acho que o senhor Presidente da Câmara se devia interessar mais por este assunto. Saber desta problemática, em vez de ser crítico como é em relação a nós, procurar inteirar-se sobre os problemas em concreto, inteirar-se em concreto sobre os problemas, tentar encontrar parcerias privilegiadas que ache que são necessárias a Famalicão, para que Famalicão não perca valências, porque senão de hoje para amanhã somos confrontados com o sacudir a água do capote. Os Centros de Saúde ou Extensões de Saúde desapareceram por alma de quem? Por obra e graça de quem? Não se sabe, isso é com o Estado de lá debaixo, com o Governo, com não sei quantos não que mais, eu é que não tenho culpa nenhuma, porque nessa matéria eu não tenho culpa nenhuma! É evidente que aqui assim o senhor Presidente de Câmara pode não tem culpa nenhuma na matéria, mas se em vez de se empenhar, como todos nos devemos empenhar na resolução dos problemas, no sentido de fazer pressão para que o Governo tome determinadas decisões que são favoráveis ao concelho, se não nos empenharmos nelas, se facilitarmos, se deixarmos a água correr, depois não temos nada a fazer, confrontámo-nos com as soluções já tomadas, e é isso que o senhor tem vindo a acontecer-lhe permanentemente, porque acho que há da sua parte um certo facilitismo achar que, só porque o Governo é do PSD, que as coisas mais dia menos dia se vão resolver, ou então não quer confrontar o poder do seu partido. Acho que à frente desses interesses partidários, devem estar os interesses que o senhor deve defender do concelho, e penso que os vai defender, agora neste momento, não me parece que está preparado para isso, segundo aqui as afirmações que fez.”-----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – disse: -----

--- “Senhor deputado Duarte Santos, quem parece defender a extinção do Hospital de Vila Nova de Famalicão, ou melhor dizendo, a sua transferência conjuntamente com o Hospital

de Santo Tirso para a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, é exatamente o PS. Então o senhor deputado com toda a tranquilidade do mundo e com toda a transparência, lhe vou ler, o senhor deputado não entregou os documentos ao senhor Presidente da Câmara, nem aos restantes Grupos Municipais, mas eu vou-lhe ler as declarações do senhor Presidente da Câmara de Santo Tirso, Joaquim Couto, declarações estas feitas num comunicado que pode ser visto na Câmara Municipal de Santo Tirso, no passado dia 17 de Dezembro de 2014: ----

--- Diz ele: “É incongruente que se opte por transferir apenas o Hospital de Santo Tirso, que é sede do Centro Hospitalar para a gestão da Misericórdia e deixar de fora o Hospital de Famalicão, que continua na gestão do Serviço Nacional de Saúde.” -----

-- Senhor Deputado, estamos conversados, não estamos? -----

--- Senhor deputado Domingos Costa, o Partido Comunista opõe-se à transferência de competências para as autarquias locais. Deixe-me dizer-lhe senhor deputado, que da parte do Grupo Municipal do PSD, nós temos exatamente uma visão ao contrário. Nós entendemos que o combate ao centralismo e que estamos sempre a falar da necessidade do combate ao centralismo, se opera exatamente pela transferência de competências. De quais competências? daquelas competências que as autarquias locais, por terem já uma determinada estrutura, podem e dada a sua proximidade com as populações, podem desempenhar com maior eficácia essa mesma prestação de serviços. -----

--- Devo-lhe também dizer senhor deputado, já agora, que esta transferência de competências para os municípios, é aquela que verdadeiramente respeita a autonomia do poder local, sabe por quê? Olhe por três ordens de razões: em primeiro lugar, esta não é uma competência, ou não é uma transferência de competências impostas, e olhe que isso já aconteceu no passado, nomeadamente em 2008 em matéria de educação. Não é imposta. Os Municípios são livres de aderir ou não, aceitarem ou não essas novas competências. E devo também dizer-lhe senhor deputado, da nossa parte merece tanto respeito aqueles que as aceitam, no caso concreto louvamos que a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão o tenha feito, mas merece-nos totalmente respeito aqueles que o entendam não o dever fazer. Já não nos merecem respeito é aqueles partidos políticos que emanam diretivas aos seus autarcas, para que não aceitem essa transferência de competências, como aconteceu com o Partido Socialista. -----

--- Em segundo lugar, senhor deputado, esta é uma transferência de competências ajustada município a município. Ou seja, ela não é exatamente igual para todos os municípios, porque leva em linha de conta exatamente as especialidades e as especificidades de cada município e de cada autarquia. -----

--- Em terceiro lugar, não é uma descentralização de competências definitiva, ou seja, ela ocorre num determinado período de tempo de modo que poderá ser extinta ou revogada passado esse mesmo tempo. -----

--- Senhor deputado deixe-me dizer-lhe, da nossa parte um Governo que descentraliza competências, é um Governo que acredita e confia no poder local. Uma Câmara Municipal que descentraliza competências para as Juntas de Freguesia, é uma Câmara Municipal que acredita e que confia na capacidade dos senhores Presidentes de Junta. Curiosamente o PSD Governo conjuntamente com o CDS-PP, curiosamente a Câmara Municipal PSD/CDS-PP confiam em si e confiam no poder local e nos seus autarcas. -----

--- Para terminar, senhor deputado Hugo Sampaio, o que mudou entre dois mil e dez e agora? Senhor deputado, é fácil, esta é uma pergunta de fácil resposta. O que mudou é que o país em 2010 estava, bom, sejamos calmos nesta matéria, estava perto da banca rota. O Partido Socialista chamou a Troika, com a Troika veio um programa de ajustamento, com o programa de ajustamento veio medidas extremamente difíceis para os portugueses, veio pobreza para milhares de portugueses e vieram muitas e muitas dificuldades, muitas e muitas imposições, que os portugueses cumpriram senhor deputado e a Troika já cá não mora. -----

--- O país senhor deputado, readquiriu a credibilidade dos mercados internacionais, não lhe vou falar das taxas de juro, porque o senhor deputado certamente acompanhará essa matéria. A economia está a crescer à média da comunidade europeia, cresce em 2015 mais do que a média europeia, e devo recordar-lhe que na governação socialista o crescimento médio da economia foi de 0.2%, quando no ano de 2014 foi exatamente 0.9% e em 2015 crescerá segundo as estimativas mais recentes entre 1.5% e 1.6%. -----

--- O desemprego, esse flagelo, muito elevado ainda, é verdade, está a descer paulatinamente. -----

--- Portugal e os portugueses, senhor deputado, deram a volta, estão a dar a volta, deram a volta, mas senhor deputado, a dívida que os senhores nos deixaram é colossal! Devo-lhe

recordar que em 2005 a dívida pública portuguesa era de 67% e que em 2012 quando os senhores deixaram o Governo era com todas as continhas feitas de 124%. A dívida é elevada e a dívida são impostos futuros, são exigências para as gerações futuras, que hoje nós estamos a pagar e os próximos também irão pagar. -----

--- O que é que também mudou senhor deputado, os fundos comunitários como sabe. Por isso senhor deputado, a pergunta que o senhor fez, implica ou legitima-nos que nós lhe façamos uma pergunta: por onde andou o deputado ao longo destes anos? Certamente o senhor deputado não esteve em Portugal.” -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Senhor Presidente de Câmara, é só para esclarecer o seguinte: foi de facto com um familiar meu, podia ser com um familiar de qualquer um dos que aqui estão. Admito perfeitamente que tal tenha acontecido com muita mais gente, mas na verdade também neste hospital houve muitos problemas nesta altura do campeonato. Houve muita gente que com a lista amarela teve que esperar não uma hora, mas cinco horas! Portanto, deve estar mal informado nesta altura, porque isto é do meu conhecimento pessoal!-----

--- Em relação à questão que aqui foi levantada pelo senhor deputado Jorge Oliveira, só queria fazer este comentário: claro que nós somos contra que estas competências venham para as autarquias locais no que diz respeito à saúde, pela simples razão que deve ser garantido o serviço nacional de saúde gratuito e obrigatório e, por outro lado, trata-se de algo que as autarquias não devem ter essa possibilidade, porque as suas competências devem ser muito mais abrangentes e não propriamente a esse nível. -----

--- Finalmente dizer que o país, o Governo pode ter um conjunto de contas arrumadas, o país pode ter uma economia, salvo seja, em crescimento, mas o país não está a desenvolver-se.” -

--- **ARTUR CASTRO (CSD-PP)** – disse: -----

--- “Eu ouvi o meu colega, Duarte Santos, com todo o respeito, a falar sobre o Hospital do Médio Ave. Eu pertenço à região do Médio Ave, eu quero que o hospital que me serve e que serve a minha família, funcione bem. Estou inteiramente de acordo com o senhor deputado, Duarte Santos. Agora, temos é que analisar e não deixar isto, para que os técnicos que não sabem como devem funcionar os hospitais, ponham os hospitais a funcionar. -----

--- O senhor deputado disse uma coisa que não é verdade, e a sua opinião respeito, mas eu acho que um centro hospitalar, e eu estou integrado num que recentemente também perdeu uma parte desse centro, eu acho que só beneficiou. Porque eu sou a favor que um hospital que tenha as valências, nomeadamente as básicas, deve estar tudo concentrado no mesmo sítio. Porque o senhor deputado é um médico de medicina interna, e de certeza que na sua vida, já viu e já teve esta experiência. Quando precisava de um cirurgião às vezes não o tem. Se estiver lá, o senhor tem, ou um cirurgião se precisar de um colega de medicina interna. Portanto, eu acho que as coisas devem ser centradas. E a demagogia de que estamos a dizer que o Hospital de Santo Tirso vai para a Misericórdia, provavelmente o Hospital de Santo Tirso vai funcionar excelente e de uma forma excelente como funciona Riba de Ave, como o senhor deputado sabe na Misericórdia. E serve a população de uma forma correta. Agora o senhor deputado diz-me: devemos lutar para que o Centro Hospitalar do Médio Ave funcione melhor, acho que sim senhor deputado. Estou inteiramente de acordo e sou o primeiro a estar ao seu lado. -----

--- Em relação à obstetrícia, eu acho que é um erro o Hospitalar do Médio Ave perde-la, isto é a minha opinião! Agora, o Hospitalar do Médio Ave e o senhor trabalha lá, sabe provavelmente melhor que eu, que é necessário hoje em dia, na obstetrícia, ter suportes. Hoje em dia, como o senhor deputado sabe, não é possível haver um parto de risco num hospital que não tenha cuidados neonatais, cuidados intensivos neonatais. Portanto, devemos, o Hospital do Médio Ave, acho que pode articular-se com o Hospital do Alto Ave nessas situações, o Hospital de Braga nessas situações, e tentar manter a sua valência, porque vai cobrir 80% ou 90% das situações! Porque em boa verdade ficarão aqueles casos muito excecionais para outros sítios, porque hoje em dia, o senhor deputado concorda comigo, que a natalidade baixou, as pessoas têm menos filhos, é óbvio que não vamos ter maternidades em todos os lados e a maternidade tem de ter anestesia 24 horas para fazer epidurais, deve ter blocos operatórios montados 24 horas sobre 24 horas, e tem que ter neonatais inclusive a unidade de cuidados intensivos para situações de risco. Agora, isso não implica que se feche a obstetrícia aqui, de modo algum! -----

--- Já por outro lado, a gente às vezes somos bairristas, eu também gostava de ter oftalmologia 24 horas, mas como é que é possível um oftalmologista ou dois, cobrir 24

horas de urgência? E nós hoje temos que nos lembrar que pelas acessibilidades que temos, nós estamos a dez minutos do Porto, dez minutos de Braga, dez minutos de Matosinhos ou de Guimarães! Ou Guimarães está a dez minutos de Braga! Temos que saber articular as coisas! Para benefício da nossa população, senhor deputado, temos que saber articular. Agora, que se discuta e que se deixe aos técnicos fazer o estudo no terreno e ver o que é que é melhor para uma população, e depois os políticos tomarem as decisões, acho muito bem. Agora, devemos deixar, senhor deputado, as coisas para questões técnicas, para as pessoas que efetivamente sabem dominar a área, poderem apresentar propostas capazes, para depois os políticos as discutirem. Agora o senhor deputado dizer, perder Santo Tirso perde a área de influência, não perde senhor deputado. A população não perde senhor deputado! A População continua a ser a população do Médio Ave, senhor deputado! Porque passando à Misericórdia, ficará como Riba de Ave! Riba de Ave não deixou de vir para Famalicão uma parte e outra parte para Guimarães senhor deputado! Continuam na área de influência senhor deputado! Agora, não estou no aspeto político, senhor deputado, estou a ver a questão meramente técnica. -----

--- Agora, acredite senhor deputado no que lhe digo, se o senhor deputado me disser que precisa que eu esteja à sua beira para tentarmos impedir o encerramento da maternidade, eu estou à sua beira, agora vamos ver se é possível, e aí o Hospital deve tentar articular-se, com quem tem cuidados intensivos neonatais, porque hoje em dia os partos são tão poucos, que não vale a pena, nem as crianças, nem as mulheres estarem a correr riscos. Isso aí, temos que ter cuidado, senhor deputado! Agora, o número de volume que presumo que há aqui de partos, penso que se justifica manter aqui, mas isso temos que ver tecnicamente se é possível!-----

--- Agora, acho que em relação a Santo Tirso, senhor deputado, acredite que o mesmo se passou em relação a Guimarães e Fafe. Não beneficiava nada, nada, nada, senhor deputado! Eu acho que até era um desperdício de meios de recursos humanos e um desperdício de dinheiros. Acho que é preferível termos equipas de emergência médica capazes de acudir as situações complicadíssimas que essas é que me preocupam senhor deputado! É ter um INEM capaz de conseguir salvar os tais 10% que morriam antes de chegarem aos hospitais. Aos hospitais nomeadamente com trauma, e que felizmente, nos últimos anos com a força

do INEM esse número baixou drasticamente. O senhor deputado sabe também como eu, que 10% dos politraumatizados graves morriam antes de chegar ao hospital! Eu acho que é preferível tê-los direcionados! O INEM hoje consegue saber se um doente, um politraumatizado grave, precisa de cuidados a nível cirúrgicos! Senhor deputado, o que é que vai um doente com TCE, com um grau 7 ou 8 de Glasgow para o Hospital de Famalicão ou de Guimarães? O que vai fazer? Nada, zero! Vai perder tempo! Vai perder tempo que pode ser vital! Um hematoma subdural tem que ser operado nas primeiras duas horas! A mesma história se põe na via verde coronária! Um enfarte miocárdio, se ele nas primeiras duas horas fizer hemodinâmica, ele pode ficar com zero de sequelas! E aí a importância do INEM, um INEM a sério.-----

--- Agora, acho que nós devemos manter e procurar manter o hospital a funcionar o melhor possível para a população que este hospital serve. Agora não podemos é ter aquela coisa bairrista de dizer: eu quero é ter aqui um dermatologista, um dermatologista ainda é o menos, um oftalmologista ou um otorrino, quando na maioria das vezes não se consegue tê-los permanentemente de urgência, um ou dois não conseguem fazer as urgências todas! Tem de se articular realmente as coisas, porque a população chega ali com uma limalha ou com um olho perfurado e o que é que vai fazer? Nada, não há oftalmologia! Senhor deputado, sabe perfeitamente isso, mas aqui ou na Espanha, ou na América! Temos é de ter centros capazes de responder e um sistema articulado de drenagem que seja correto, e isso é que salva vidas e isso é que resolve o problema. Acho que podemos lutar politicamente e acho que devemos lutar, mas deixar sempre um parecer técnico a quem de direito.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Cingindo-me àquilo que é mais importante e que eu penso que em duas ou três frases tentarei dizê-lo, invoca as virtualidades da descentralização, mas não é a descentralização, que nós estamos aqui a discutir, nós estamos a falar de mera delegação de competências, a todo o tempo reversível, portanto sem qualquer garantia para os “municípios”, ou são garantias contratuais com muitas cláusulas de exclusão, portanto isto está muito longe de ser qualquer descentralização.-----

--- E convenhamos que se no campo da educação poderá haver algumas virtualidades, no campo da educação as questões até como o senhor deputado agora o frisou, as questões são

muito mais complexas. Os níveis de articulação das diferentes gradações regionais populacionais, são duma complexidade assinalável. Portanto, há aqui muitas questões que não é numa breve e retórica oratória que será abordado. É claro que provavelmente o Município nalgumas das avenças com que vai contratando desde o início do ano, já vai talvez numa dezena de técnicos superiores, talvez contemplar um técnico de saúde pública não fosse mal visto para este período de algum abalo que há na organização nacional de saúde.-----

--- Fazendo já até um regresso àquela questão clubística da discussão política, senhor deputado a pobreza cresceu significativamente em Portugal nos últimos anos! Portanto, isto é líquido, quer dizer, é claro. O fosso dos rendimentos aumentou consideravelmente, portanto, não há forma de negar isto, quer dizer, aí o árbitro não pode....São estas questões que nós, quer dizer: atendendo às necessidades das populações, são questões essências da saúde, essenciais da educação, que nós como representantes destes nossos concidadãos locais, temos de arranjar formas de organizar a administração da coisa pública, combatendo este desiderato empobrecedor da administração central, de tentar sustentar o máximo possível deste assalto aos direitos, às garantias e às condições das populações. “-----

--- **SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 930.000,00 €, POR UM PERÍODO DE 10 ANOS, AO BANCO BPI S.A., NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição para quaisquer esclarecimentos. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse:-----

--- “Sendo certo que este empréstimo já vem contemplado na previsão orçamental e os investimentos a que dizem respeito também, ou dito de outra forma, este investimento já estava contemplado no orçamento que foi apresentado, nós de qualquer forma gostaríamos que o senhor Presidente nos explicasse um pouco mais. Que tipo de balcão único é que pensa instalar, ou que estará eventualmente já a ser instalado.-----

--- Por outro lado, relativamente à reabilitação do edifício camarário pensamos que provavelmente se tratará daquele edifício Flor do Minho, mas gostaríamos de qualquer forma de obter esse melhor esclarecimento. -----

--- Ainda nestes investimentos, gostaríamos de ver melhor que tipo de investimento é este no Centro Coordenador de Transportes, se já foi realizado ou não? Eu presumo que se trata da consequência havida com a construção e com as ligações ao Parque da Devesa. Se não for assim agradecia um esclarecimento neste sentido.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – disse:-----

--- “O balcão único é um processo que está em instalação. Tem duas dimensões, Uma dimensão imaterial ao nível da criação do conceito e da formação dos recursos humanos, e outra dimensão a nível da obra física, a obra não começou, começará em breve, e aí justificar-se este empréstimo. -----

--- Sobre o edifício da rua Adriano Pinto Basto é conhecido como o edifício da ACIF, talvez isso ajude a identificar o espaço. -----

--- O CCT é uma intervenção que já começou, mas não está concluída, sei que o transporte está a receber um conjunto de intervenções, desde logo nas gares, nas boxes e noutras áreas.

--- Penso que foram essas as questões que me colocou.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 930.000,00 €, POR UM PERÍODO DE 10 ANOS, AO BANCO BPI S. A., NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E SETE VOTOS A FAVOR E QUINZE ABSTENÇÕES.** -----

--- **TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA A REGIÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO PELA CONTINENTAL MABOR – INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A., NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-**

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento e disse estar à disposição para quaisquer esclarecimentos. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Não propriamente para lembrar, enfim, o percurso desta empresa nos trinta anos em que de alguma forma tive a possibilidade de o saber, porque foi uma empresa onde de facto o seu percurso é um trilhar de um caminho no sentido de uma maior e cada vez maior produção, e em que os trabalhadores da mesma, tiveram de facto aqui um papel extremamente preponderante e é de saudar muito a sua grande contribuição para o sucesso da empresa, é de saudar muito a sua luta encetada pelas regalias que hoje ainda obtém. -----

--- Penso que o chegarmos aqui hoje, naturalmente que não poderíamos deixar de dizer o seguinte: -----

--- É uma empresa, como é já do vosso conhecimento, com milhões de euros de lucro no ano de 2013, são os dados da empresa, foram em números redondos 190 milhões de euros de lucro. É uma empresa que, a nosso ver não está em crise, e todos estaremos de acordo com isso, é uma empresa portanto, que reúne todas as condições para continuar o seu percurso de ascensão como tem vindo a fazê-lo também e sobretudo nestes últimos cinco anos, é portanto uma empresa em que não estamos a ver qual o motivo de uma isenção de IMI! Mais uma! Já não bastando a construção do traçado da estrada que vai servir muito em particular as necessidades da empresa, mas aqui, neste caso concreto, o trazer para cima da mesa, para a discussão e para a votação e aprovação de uma isenção, parece-nos de todo, algo extremamente, enfim, sem nexos. Compreenderíamos de alguma forma, se uma empresa estivesse em crise, que tivesse tido uma determinada ascensão e agora tivesse um recuo e que necessitasse do avanço para progredir para melhor, e nesse sentido o fizesse ou tivesse como obra em construção ou a construir uma determinada valência, até poderíamos considerar nessa situação, muito particular e teria que ser muito particular, que sim senhor estaríamos de acordo. Não é o caso e como já dissemos na nossa proposta de recomendação, isto representa o IMI para a autarquia, representa cerca de 39 mil euros anuais, para uma empresa que tem como lucro como se disse de 190 milhões. Isto é uma ninharia e para a autarquia, a nosso ver, é algo que é extremamente importante, como é evidente. Ora, quem mais tem, também mais deve contribuir para as necessidades, neste caso, do próprio Município. -----

--- Parece-nos, portanto, que esta isenção é completamente descabida num contexto em que

se trata duma empresa em grande progressão. Portanto, iremos naturalmente votar contra esta proposta.”-----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “Ora bem, isto vai parecer quase eco da intervenção anterior, mas vou tentar dar um ponto de individualidade. E não é por mero devaneio que por vezes questionámos aquilo que a todos parece consensual, não é? E este parece ser um dos casos. Para além do acentuado primado ideológico desta abordagem, mas como todas, porque é assim que se lê as realidades, mas aqui verificamos uma cedência a toda a linha à questão do capital do empresariado. E não é que por vezes não aceitemos essa faculdade de isentar empresas neste caso da tributação municipal, e isso justifica-se muitas vezes ou pela dimensão da empresa, pelo seu tipo de atividade, nomeadamente empresas com tecnologia de ponta, etc., etc., ou até pela sua rendabilidade, porque são empresas ou setores de atividade que passam momentos mais complicados. O que não será, seguramente este caso. -----

--- E aqui estamos perante uma cedência que chegamos a apelidar de imoral. Imoral por quê? Porque para além de esta empresa encontrar sempre boa vontade por parte do Município pelo desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente, e ficamos no exemplo que eles até invocam, no caso das acessibilidades. Imoralidade porque esta apetência do capital para arrecadar todas as receitas, mesmo que sejam migalhas, que neste caso é o que é, uma empresa que no último exercício conhecido teve lucros da ordem dos quase 200 milhões de euros, portanto fazendo um arredondado e exercício matemático, a Continental pede uma isenção em que o lucro de um ano, dava para liquidar 5 mil anos deste IMI, quase que podíamos regressar ao tempo dos Egípcios e os senhores fazerem uma coisa que ainda hoje valesse. -----

--- Portanto, em face deste raciocínio telegráfico, não podemos pactuar com esta proposta, não deixando de reconhecer o interesse desta empresa para a região. Está longe de querermos questionar isso.”-----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “Eu peço desculpa, só por mero lapso não referi um outro aspeto que tem a ver com o interveniente que me antecedeu, no que diz respeito à nossa proposta de recomendação e

que é a seguinte, para esclarecer melhor, porque parece-nos que as dúvidas devem ser sempre sanadas e esta é uma delas. -----

--- É que não se trata de nenhuma compensação. Aquilo que nós propusemos naquela proposta, era somente um gesto simbólico. Não é nenhuma compensação. Nem naturalmente a Mabor viria com qualquer coisa desse género no seu requerimento, como é evidente. Portanto, o que se trata aqui, era de a autarquia, pura e simplesmente, exigir que a Mabor numa situação destas, simbolicamente financiasse alguma coisa que fosse útil, interessante, importante, uma valência desportiva ou outra porventura fosse interessante para aquela localidade e, portanto, é num contexto completamente diferente, porque como é evidente, já foi anunciado, nós vamos votar contra esta proposta e isto não tem nada a ver, como é lógico, não tem nada a ver com esse gesto que não existe e é pena.” -----

--- **REIS CAMPOS (PS)** – disse:-----

--- “De facto quem cala consente e depois de ouvir estas duas intervenções nós não temos que consentir, de facto nós temos que ser sérios e coerentes com as nossas propostas e sempre fomos a favor da criação de riqueza, e a criação de riqueza só se faz com incentivo, incentivo à indústria, porque se houver indústria, há indústria. Quanto mais render mais trabalhadores tem, mais produtividade tem, mais dinheiro existe e depois a partir daí é tudo muito mais fácil e as pessoas a seguir podem-se dedicar à cultura, a tudo. Portanto, nós demarcamo-nos, tal como sempre fizemos destas posições mais radicais que ouvimos até agora, por isso estamos de acordo que haja, e da mesma forma que é só um sinal não pagar os 39 mil euros podia ser um sinal, também os sinais são vistos ao contrário.-----

--- Só gostava de dizer uma outra coisa, de facto a Mabor só está em Lousado, a Leica só está em Lousado, principalmente porque de facto temos os melhores trabalhadores do mundo se não eles já tinham ido para outro lado. Porque Portugal é um país periférico e aí eu dou razão, os trabalhadores são ótimos. Só que, os trabalhadores são ótimos, mas o capital não tem rosto e às vezes por pouco, estragamos tudo. Isto é uma linguagem que toda a gente compreende. Podemos estragar tudo e eu até gostei de saber e não sabia aquilo que de facto a Mabor estava a faturar, eu gostava é que para o ano em vez de cento e noventa milhões, fosse trezentos milhões e depois quinhentos milhões e com dez Mabor's em Famalicão, a nossa conversa poderia passar para um outro patamar da cultura, do desporto,

do futebol, da saúde, da educação, etc., portanto, meus senhores, eu e o Partido Socialista demarcamo-nos dessas posições mais radicais.” -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** - disse: -----

--- “Muito brevemente para afirmar plenamente o voto favorável do Grupo Municipal do PSD a esta proposta, salientando que desta vez de acordo com o Partido Socialista, salientando que este Município deve usar das armas e dos mecanismos legais que tem, para atrair investimento para V. N. de Famalicão. -----

--- É óbvio que falaremos aqui do IMI, poderíamos falar doutras coisas, agora o que não podemos ter é dois tipos de discurso. Aquando da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento dizer que a Câmara poderia fazer mais pelas empresas, reduzindo as derramas, isentando umas empresas, e depois vir aqui dizer ai Nosso Senhor, porque estamos a tirar 39 mil euros ao erário público. -----

--- Este novo investimento justifica de per si tudo aquilo que a Câmara possa fazer a nível das suas competências, para o manter cá e para incentivar o seu desenvolvimento. Desta feita são 80 novos trabalhadores, poderão ser muitos mais. Certamente não serão, se uma empresa como esta que gera riqueza, não só para si, mas para todos os trabalhadores, para todas as populações e assim para o nosso concelho, poderá ser que se gerasse o dobro, a empresa quisesse crescer o dobro. E eu, contente ficaria, se para o ano estivéssemos aqui e que tivéssemos a apresentar aqui um novo pedido de isenção de IMI para esta empresa ou para qualquer outra, era sinal que ela queria continuar a investir em Famalicão, queria continuar a implementar infraestruturas em Famalicão, queria continuar a criar emprego em Famalicão. Não se pode é querer uma coisa e outra ao mesmo tempo, e com um discurso demagógico dizendo que estamos aqui a tirar dinheiro ao erário público, quando sabemos que o que vamos conseguir com a manutenção de empresas deste género no nosso concelho, é criar mais riqueza, criando mais riqueza, criando mais justiça social e criando mais condições para todos.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** – disse: -----

--- “É só para repostar este senso comum de que isto é uma forma de incentivar a empresa. Quer dizer, falamos de verbas completamente irrelevantes para a Continental. Pode haver o lado simbólico da coisa. O capital não liga a esse simbolismo senhor deputado. O capital

está-se a borrifar para esse simbolismo. Aqui é mesmo o apego ao tostão ou ao milhão e a leitura ideológica da situação.-----

--- Esta é uma empresa altamente lucrativa, ou pelo menos com lucros significativos, estamos a falar do último exercício que teve perto de 200 milhões de lucro, não é de faturação, é de lucro, e entender isto como má vontade por parte de forças anticapitalistas, é uma forma quase grutesca de ler esta iniciativa, quer dizer, isto é pura e simplesmente não isentar quem tem capacidade, quem tem mais do que capacidade e quem tem boa vontade por parte do município em colaborar, porque mais do que a isenção do IMI, são empresas que precisam de acessibilidades, de infraestruturação, de capacitação de mão-de-obra, quer dizer isso é muito mais significativo do que esta mera isenção do IMI.” -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA A REGIÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO PELA CONTINENTAL MABOR – INDÚSTRIA DE PNEUS, S.A., NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E DOIS VOTOS CONTRA.** -----

--- **QUARTO PONTO - APRECIAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA REQUERENTE, VECTORPREDILETO UNIPessoal, LDA NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA REQUERENTE, VECTORPREDILETO UNIPessoal, LDA NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

--- **QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CENTRO URBANO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA D)** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **DOMINGOS COSTA (CDU)** – disse: -----

--- “A minha intervenção era mais para também aqui tentar esclarecer a razão pela qual este plano, no que diz respeito à reabilitação da zona urbana, abarca aqui uma área considerável, mas que não entendemos, por exemplo, a razão pela qual vai até à Reguladora e, nessa zona, por exemplo, não abrange já agora os outros edifícios que são a Silma, ou mesmo o conjunto de outros prédios, por exemplo em Calendário, zona da Castela, zona de Rorigo, prédios que nos parece a nós com necessidade de intervenção, entre outros, naturalmente. Portanto, gostaríamos de ser melhor esclarecidos sobre esta omissão e por outro lado o porquê de sair deste perímetro que vai além da linha férrea. -----

--- De qualquer forma, achamos que é um plano muito arrojado, e também nesta perspetiva por ser arrojado, se nos pode adiantar se está portanto, pensado já, como vai levar por diante, que gabinete vai tratar disto, como é que isto vai ser lançado, porque gostaríamos de saber algo neste momento.” -----

--- **VITOR PEREIRA (PS)** – disse: -----

--- “Eu queria começar por abordar este tema, se me permitissem, procurando enquadrá-lo no fenómeno urbano geral, de forma muito breve. Só dois ou três dados que me parece importante para contextualizar este assunto e a importância que ele reveste. -----

--- Neste momento, mais de 50% da população mundial vive em cidades e em países mais desenvolvidos, dentro dos quais Portugal se inclui, a taxa até é maior. E portanto o século XXI é por todos os estudiosos destas matérias, um século das cidades. Coisa que é consensual entre quem estuda isto, como também consensual é, que o sucesso das regiões e o sucesso das nações é, em grande medida, produto do sucesso das suas cidades. Daí que a política de cidade, a política urbana, ganha aqui um plano que transcende até a simples fronteira municipal como a nossa. -----

--- Há várias definições de cidade, mas há uma que me agrada particularmente, porque eu acho particularmente bonita e quero partilhar convosco. Diz um autor, que as cidades são invenções feitas para maximizar as trocas de bens, cultura, ideias, conhecimento, amizade, etc., e minimizar as deslocações. Acho que é uma coisa realmente que convém pensar quando estamos a meditar sobre a intervenção sobre a cidade. E o que é que faz duma cidade uma cidade fenomenal, seja ela uma grande, uma média, uma pequena em termos populacionais? Essencialmente duas coisas, garantir a segurança, promover a prosperidade. A chave para uma cidade de sucesso, no que diz respeito ao seu centro urbano, e é disso que nós estamos a falar, o nosso centro urbano, que não é propriamente a cidade, é o centro da cidade, embora quem olha para o mapa delimitador desta área de reabilitação urbana, depara-se com o facto de ele constituir cerca de 80% da nossa malha urbana, a chave é a diversidade de serviços de comércio, de escritórios, de restauração. São aquelas coisas pequenas, o café simpático, a loja de alta tecnologia, é tudo ali concentrado, a boa escola, a galeria de arte, os bares, os pastéis e até coisas que habitualmente não são as primeiras que nos vem à cabeça quando pensamos nas cidades, ferragens, adubos, todas essas coisas, a variedade, a concentração, a diversidade quantitativa e qualitativa, é o que faz duma cidade uma bela cidade. -----

--- Damos aqui uma volta pela nossa e centro-me aqui na área mais central que eu, enfim, delimitaria da seguinte maneira: naquela zona na Praça D. Maria II, os Paços do Concelho, a Praça 9 de Abril e o final da Vasconcelos e Castro, ali mesmo junto ao Humberto Delgado, portanto à boca do Parque da Cidade, damos por ali uma volta e o que é que nós vemos? Nós vemos, desde logo, edifícios com valor, com arquitetura, com valor arquitetónico, perfeitamente degradados, outros devolutos. Passamos pelo Shopping Town, entramos lá dentro, o que outrora era um centro, enfim, de grande vitalidade económica, tem as lojas em que metade do dentro comercial está vazio. Passamos pelo Bezerra, damos lá uma volta e constatamos a mesma realidade. Saltamos mais à frente ao Vinova, dá-mos lá uma volta, é a mesma realidade. Vemos marcas, lojas clássicas da nossa cidade, como a Urca, o Pizza Hut, noutro contexto, até o Marajá a fechar as suas portas, e ficamos realmente pasmados com o estado a que a nossa cidade chegou! -----

--- Eu bem sei que o executivo municipal tem uma visão muito peculiar da sua política de cidade, enfim, deve ser o único município do mundo que entende que construir uma circular à sua cidade é esbanjar dinheiro, e que portanto a variante a Poente é uma coisa para esquecer! Mas, em todo o caso, honra lhe seja feita, que um esforço mínimo está feito, porque apresentou-nos aqui uma área de reabilitação urbana, que de resto resulta de uma imposição legal, que tem alguns méritos. Desde logo, porque é um instrumento ao serviço da estratégia de reabilitação e requalificação e de revitalização das cidades, o que é uma coisa obviamente positiva. E traduz realmente, enfim, um conjunto de incentivos de natureza fiscal e parafiscal, como foi muito bem dito, e até outras iniciativas curiosas como a manual de procedimentos, oficina de reabilitação, enfim, um conjunto de instrumentos que merecem aplauso. Mas há, como tudo na vida, aqui questões também que levantam o sobreolho. Desde logo, a força destes incentivos, quanto a promotores do seu desígnio de reabilitação social. Temos, lamentavelmente, algumas reservas em relação à força destes incentivos, para, por si só, incentivar a reabilitação de toda esta área, parece-nos que de facto ela não resultará sem um forte investimento de natureza pública, dinamizado porventura pelo Município, e entendemos que isso será um investimento que o Município não entenderá como sendo esbanjar dinheiro, mas sim algo de fundamental. -----

--- O segundo reparo a esta área de reabilitação urbana, é a sua delimitação concreta. Nós constatamos aqui que ela está muito confinada a duas barreiras que são barreiras, enfim, artificiais, constituídas pela linha de caminho-de-ferro, e essencialmente pela avenida Humberto Delgado e os seus prolongamentos a Norte e a Sul. Ora, entendemos que não fará sentido deixar de fora esta área e portanto da facilidade de acesso aos incentivos que a pertinência a esta área dá aos proprietários dos respetivos imóveis, não fará sentido excluir vastas zonas da nossa cidade, que enfim, não vislumbramos critério razoável para as excluir! Estou a pensar, por exemplo, ali na zona atrás da Estação, a zona ali da Silma ao lado da Reguladora, toda aquela zona à volta do estádio até à Igreja de S. Julião, as traseiras do Hospital, o Parque do Vinhal, ali aquela zona junto ao Tribunal de S. Vicente, Seara, Parque de Sinções, Lameiras, e depois toda aquela zona até à Igreja de Antas, não entendemos sinceramente, porque é que os proprietários de edifícios se vêm desta forma excluídos, de aceder aos benefícios que a inserção desta área de reabilitação urbana lhes concederia,

sobretudo quando constatamos que há edifícios sem valor arquitetónico peculiar, tanto dum lado da área, como fora dela. E, portanto, não entendemos muito bem o porquê deste critério tão régua/esquadro que nos parece que seria de evitar! -----

--- O terceiro reparo que temos a fazer a esta iniciativa, é o facto de ela ignorar por completo, os outros aglomerados do sistema urbano municipal. Não entendemos por que é que zonas como Riba de Ave, Joane, Ribeirão, Lousado, refiro só as mais importantes, não se veem contempladas neste instrumento de política de cidades. -----

--- Ficamos a aguardar, porque é uma decorrência nos termos da proposta que nos foi apresentada, a operação de reabilitação urbana que nos será seguramente apresentada nos próximos tempos. Estamos em crer que, esse sim, será o momento particularmente interessante para discutirmos entre todos o estado em que a nossa cidade se encontra e como devolvê-la aos seus habitantes e à vitalidade que ela deverá oferecer.”-----

--- **ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – disse: -----

--- “Entendemos que a Reabilitação Urbana é uma oportunidade para melhorarmos a qualidade dos edifícios de cada um e o ambiente urbano de todos e, ao mesmo tempo, impulsionarmos a economia local e o mercado do emprego que foi tão atacado pela crise económica de que estamos a sair. -----

--- O tomar deste tipo de iniciativas é bom e melhor ainda quando devidamente ponderadas e solidamente construídas.-----

--- Não é com certeza coincidência a recente conclusão da revisão do PDM, instrumento urbanístico de nível superior definidor das grandes opções e quadro de antevisão das grandes transformações desejadas para o território. -----

--- Agora é necessário baixar de nível onde se encontram instrumentos tais como o que agora está em apreço definidor de áreas de Reabilitação Urbana. -----

--- Já em 2012/2013 foi elaborado o Documento de Orientação Estratégica para a Reabilitação Urbana em Vila Nova de Famalicão - documento que apresenta um conjunto de diretrizes e orientações estratégicas para um processo a médio e a longo prazo de reabilitação urbana no concelho de Vila Nova de Famalicão.-----

--- Daí emergiram vários Núcleos com identidade própria, tais como: -----

- Núcleo urbano consolidado com grande atração que é: -----

- O centro da cidade de Vila Nova de Famalicão – Centro Urbano;-----
- O Núcleo urbano singular que é: o Centro da vila de Riba d’Ave, englobando também o centro de Oliveira S. Mateus; -----
- _Os Núcleos urbanos em consolidação que são: as Vilas de Joane, de Ribeirão/Lousado e o Centro de Nine-----
- E ainda os Núcleos urbano-rurais: Localidades tais como Gondifelos, Bairro/ Delães, Vermoim, Landim e Seide S. Miguel. -----
- Em 2014 no âmbito dos trabalhos preliminares de elaboração do PLANO ESTRATÉGICO 2014-2025 procedeu-se à realização da iniciativa “FAMALICÃO VISÃO’25 – 25 IDEIAS DE FUTURO” que recolheu contributos da população sobre o território. -----
- A grande reflexão técnica que suporta o estudo agora apresentado tem por base a análise do território sobre a perspetiva, das: -----
- Dinâmicas de ocupação e construção, -----
- Dinâmicas económica e social, -----
- Presença de ativos culturais e simbólicos,-----
- Indivíduos e famílias,-----
- Estruturas fundiárias, -----
- Depois da análise foram tomadas as grandes opções políticas e definidos os grandes objetivos, tais como:-----
- Colmatação de espaços vazios e acentuar o carácter e a legibilidade da paisagem urbana; -
- Apelar à intervenção cívica dos cidadãos no sentido de partilhar a corresponsabilização na tomada de decisão e se promover atividades de reflexão sobre o território da cidade; -----
- Apostar num Plano de circulação e postura de trânsito para o centro urbano e na utilização dos modos suaves, criando alternativas à utilização clássica de transporte; -----
- Assumir o compromisso de desenvolver uma prática concertada de incentivo à Reabilitação Urbana e Incentivar a atividade económica nos setores ligados à Reabilitação Urbana.-----
- A fim de dar corpo ao objetivo de incentivar a Reabilitação Urbana foi deitado mão a um leque de incentivos que facilitem e até promovam a recuperação urbana aliviando o cidadão,

promotor ou utilizador de despesas administrativas e fiscais tornando mais atrativa e barata a intervenção.-----

--- Estes incentivos passam por: -----

--- Isenção do IMI por um período de 5 anos -----

--- Isenção de IMT em aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente. -----

--- Dedução à coleta de 30% no IRS. -----

--- Isenção de IRC desde que pelo menos 75% dos seus ativos sejam imóveis sujeitos a ações de reabilitação.-----

--- IVA taxa reduzida de 6% para empreitadas de reabilitação urbana. -----

--- Mais-valias taxa reduzida de 5%. -----

--- Rendimentos Prediais taxa reduzida 5%. -----

--- Taxas de apreciação de processos isentas. -----

--- Isenção de taxas pela operação urbanística-----

--- Isenção de taxa de vistorias-----

--- O trabalho está concluído, está bem feito e é oportuno. -----

--- Quando aprovado por esta Assembleia seguirá para Publicação em Diário da República e envio para o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; -----

--- Segue-se a Constituição de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU). -----

--- Resta-nos congratularmo-nos e elogiar a Câmara Municipal por não ter baixado os braços perante as dificuldades e ter encontrado, no âmbito do caminho já anteriormente encetado, mais um instrumento de promoção da economia que mais uma vez tem como alvos preferenciais o território e a pessoa. -----

--- Neste sentido o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta.-----

--- Aproveito ainda para dizer ao senhor deputado que me antecedeu, que a delimitação que foi feita para esta área de recuperação e reabilitação urbana, pode ser subjetiva, como é subjetiva qualquer uma delimitação. Esta foi aquela delimitação que tecnicamente, os técnicos que estiveram a estudar este processo, acharam que era a mais correta para atingir os objetivos de que se propunha e que o Município se propunha. É obvio que tanto podia ser

por esta rua, como ser mais cem metros à frente, mas por que não duzentos metros à frente? É preciso um critério e esse critério está nos diversos estudos que foram feitos e que estão para consulta dos senhores deputados. Acho que os deveria ler, porque muitas das questões que pôs estão lá respondidas.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – disse: -----

--- “Senhores deputados, são exatamente zero horas e vinte e nove minutos, mas o regimento diz que temos de encerrar três horas após o início dos trabalhos. Começamos às vinte e uma horas e trinta minutos e pelas minhas contas terminaram. -----

--- A continuação desta sessão será no dia seis de março. -----

--- Terminada a sessão, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

--- Para este período não houve inscrições por parte do público.

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – solicitou a aprovação em minuta de ata todas as deliberações ali tomadas. -----

--- *Posta à votação tal proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----

--- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada às zero horas e trinta e quatro minutos do dia seguinte. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

-----**O SECRETÁRIO** -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documentos referentes aos pontos: um, dois, três e quatro; -----

--- Minutas de ata referentes aos pontos: dois, três e quatro; -----

--- Duas propostas de recomendação da CDU; -----

--- Uma proposta de recomendação do Bloco de Esquerda; -----

--- Uma proposta do PSD; -----

--- Um Voto de recomendação do Partido Socialista; -----

--- Voto de congratulação do CDS-PP; -----

--- Um Voto de Pesar do Partido Socialista.